

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DEDC), CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM GESTÃO E  
TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC MESTRADO PROFISSIONAL)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS

**TATIANA DIAS SILVA**

**A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS:** o princípio da indissociabilidade entre ensino,  
pesquisa e extensão na UNEB

SALVADOR-BA  
2023

**TATIANA DIAS SILVA**

**A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB**

Relatório de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC Mestrado Profissional) da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação - Campus I, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Márcea Andrade Sales.

SALVADOR-BA  
2023

**FOLHA DE APROVAÇÃO**  
**"A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS: O PRINCÍPIO DA INDISSOCIABILIDADE**  
**ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NA UNEB"**

**TATIANA DIAS SILVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, em 7 de março de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

  
Professor(a) Dr.(a) MARCEA ANDRADE SALES  
UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia

  
Professor(a) Dr.(a) LIDIA BOAVENTURA PIMENTA  
UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia

  
Professor(a) Dr.(a) MINERVINA JOSELI ESPINDOLA REIS  
UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia

  
Professor(a) Dr.(a) HÉLDER-ETERNO DA SILVEIRA  
Ufu - UFU  
Doutorado em História da Ciência e Tecnologia  
Universidade Nova de Lisboa

FICHA CATALOGRÁFICA  
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S586u

SILVA, Tatiana Dias

A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB / Tatiana Dias SILVA. - Salvador, 2023.

70 fls.

Orientador(a): Márcea Andrade Sales.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Campus I. 2023.

1.Indissociabilidade entre ensino,pesquisa, extensão. 2.Políticas Institucionais. 3.UNEB.

CDD: 378

*Para meus/minhas alunos/as,  
fontes inesgotáveis de inspirações.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me garantido saúde, coragem, perseverança e todas as outras condições necessárias e indispensáveis para a realização deste trabalho.

À Doutrina Espírita, que tanto contribui para minha formação moral.

A meus familiares e amigos(as), que sempre estiveram ao meu lado e garantiram o apoio necessário para o êxito deste projeto.

A Edmar pelo olhar atento e amoroso; pela parceria; pelo cuidado e apoio incondicional durante a realização deste estudo.

À Carla, Isabel, Nilda e João Vitor que deixaram meus dias mais leves.

À Sandra e Cláudio pelos diálogos (auto)formativos.

Ao Grupo de Pesquisa Forma(em)ação - Gefep UNEB/CNPq, alunos(as) e colegas do DEDC X que me inspiram olhar além dos muros da Universidade.

À UNEB pela oportunidade de realizar este estudo.

Aos(às) professores(as) e colegas do GESTEC, que tanto contribuíram para minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

Aos(às) gestores(as) da UNEB pela colaboração na produção de informações para esta pesquisa.

Aos(às) professores(as) da Banca de Avaliação pelo olhar atento e acompanhamento desta pesquisa da qualificação a defesa final.

Meus sinceros agradecimentos a orientadora e amiga Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcea Sales, pelo apoio, orientação e incentivo durante o desenvolvimento desta pesquisa, indicando sempre o melhor caminho, com incansável disposição, motivação e incentivo durante a elaboração de cada fase do trabalho.

Educação não transforma o mundo.

Educação muda as pessoas.

Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

## **A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB**

**RESUMO:** A Universidade estabelece relação com a comunidade interna e com a externa através do desenvolvimento de ações de ensino, de pesquisa e de extensão e, pautada na Constituição Federal de 1988, essa tríade deve ser trabalhada de forma indissociada. Então, tendo em vista a produção acadêmica como essencial para a ciência e para o conhecimento, cabe questionar: considerando suas políticas institucionais, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) busca atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizada na legislação brasileira? Neste contexto, esta pesquisa teve o objetivo de discutir as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia vigentes, assumindo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de uma pesquisa exploratória com análise empírica do cenário em estudo. Foi realizado levantamento bibliográfico com autores que discutem a temática; e levantamento documental junto a legislação brasileira e documentos normativos da UNEB. Com isso, recorreremos à literatura para situar os dispositivos legais no seu contexto histórico e social. Destacam-se, assim, Documentos Federais e Institucionais que normatizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, Plano Nacional de Educação - PNE Lei nº 13.005/2014, Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE-BA Lei nº 13.559/2016, dentre outros, assim como Estatuto da UNEB, Regimento Geral da UNEB, Plano de Desenvolvimento Institucional da UNEB - PDI 2017-2022 e Programa de Gestão UNEB - ProGest 2018-2021. Para situar o lócus da pesquisa no seu contexto histórico e social contamos com as contribuições teóricas de Boaventura (1997, 1998a; 1998b), Fialho (1998, 2005) e Eysen, Rosário e Pimenta (2020), entre outros; e trazemos Stuart Junior e Zuliani (2020), Tauchen, (2009), Moita e Andrade (2005, 2009) e Gonçalves (2016), dentre outros, para apoiar os diálogos sobre a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Como resultado apresentamos este Relatório de Pesquisa sobre as políticas institucionais na promoção da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão a partir da visão de docentes da UNEB que estão em cargos de gestão com o intuito de contribuir para o acompanhamento e a formulação de novas políticas institucionais.

**Palavras-chave:** Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Políticas Institucionais. UNEB.



## **LA UNIVERSIDAD MÁS ALLÁ DE LOS MUROS: el principio de inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión en la UNEB**

**RESUMEN:** La Universidad establece una relación con la comunidad interna y externa a través del desarrollo de acciones de docencia, investigación y extensión y, con fundamento en la Constitución Federal de 1988, esta triada debe ser trabajada de manera inseparable. ¿Legislación brasileña? En este contexto, esta investigación tuvo como objetivo discutir las políticas institucionales actuales de la Universidad Estatal de Bahía, asumiendo el principio de inseparabilidad entre enseñanza, investigación y extensión. Se trata de una investigación exploratoria con análisis empírico del escenario objeto de estudio. Se realizó un levantamiento bibliográfico con autores que abordan el tema; y levantamiento documental junto con la legislación brasileña y documentos normativos de la UNEB. Con ello, recurriremos a la literatura para ubicar las disposiciones legales en su contexto histórico y social. Así, se destacan Documentos Federales e Institucionales que regulan la indisociabilidad entre docencia, investigación y extensión, como la Constitución Federal de 1988, Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional - Ley nº 9.394/1996, Plan Nacional de Educación - PNE Ley nº 13.005 /2014, Plan de Educación del Estado de Bahía - PEE-BA Ley nº 13.559/2016, entre otros, así como Estatuto de la UNEB, Reglamento General de la UNEB, Plan de Desarrollo Institucional de la UNEB - PDI 2017-2022 y Programa de Gestión de la UNEB - ProGest 2018-2021. Para ubicar el locus de la investigación en su contexto histórico y social, nos apoyamos en los aportes teóricos de Boaventura (1997, 1998a; 1998b), Fialho (1998, 2005) y Eysen, Rosário y Pimenta (2020), entre otros; y traemos a Stuart Junior y Zuliani (2020), Tauchen, (2009), Moita y Andrade (2005, 2009) y Gonçalves (2016), entre otros, para apoyar diálogos sobre la inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión. Como resultado, presentamos este Informe de Investigación sobre políticas institucionales en la promoción de la articulación entre docencia, investigación y extensión desde la mirada de los profesores de la UNEB que se encuentran en cargos directivos con el objetivo de contribuir al seguimiento y formulación de nuevas políticas institucionales.

**Palabras clave:** Inseparabilidad entre docencia, investigación y extensión. Políticas Institucionales. UNEB.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESTEF	Centro de Educação Superior de Teixeira de Freitas
CETEB	Centro de Educação Técnica da Bahia
CEVITI	Cesfet Vida Terceira Idade
CONSAD	Conselho Nacional de Secretários de Administração
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSU	Conselho Universitário
Covid-19	Corona Vírus Disease ano 2019
DEDC X	Departamento de Educação - Campus X/Teixeira de Freitas
FAEEBA	Faculdade de Educação do Estado da Bahia
FIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
GEFEP	Grupo de Pesquisa Forma(em)Ação - GEFEP UNEB/CNPq
IES	Instituição de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
NUPE	Núcleo de Pesquisa
OMS	Organização Mundial de Saúde
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE-BA	Plano Estadual de Educação da Bahia
PGDP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PIT	Plano Interno de Trabalho
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPG	Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação
PROEX	Pró-Reitora de Extensão
ProGest	Programa de Gestão
PROGRAD	Pró-Reitora de Ensino de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitora de Planejamento
REDA	Regime Especial de Direito Administrativo
RH Bahia	Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos do Estado da

	Bahia
SEAVI	Secretaria de Avaliação Institucional
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEPLAN-BA	Planejamento do Estado da Bahia
SINAES	Sistema de Avaliação do Ensino Superior
SIP	Sistema Informatizado de Projetos
SNPG	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPGU	Sistema de Planejamento e Gestão Universitária
TCFC	Trabalho de Conclusão Final de Curso
UATI/CEVITI	Universidade Aberta à Terceira Idade - UATI/CEVITI
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROPOSTA METODOLÓGICA .....	18
3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	21
3.1 Lócus da Pesquisa.....	21
3.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.....	27
3.3 Planejamento das atividades finalísticas na Universidade.....	35
3.4 Execução das atividades finalísticas na Universidade.....	44
4 CONTRIBUIÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA .....	52
5 CONSIDERAÇÕES .....	57
REFERÊNCIAS .....	62
APÊNDICE A .....	64
APÊNDICE B.....	68

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa origina-se de inquietações - pessoal e profissional -, e implicações relacionadas a minha prática docente e às experiências de vida. Tais inquietações se tornaram desafios pessoais, exigindo repensar a maneira de olhar o mundo e tudo aquilo que está presente nele. Desde a infância desejava ser professora, no entanto, minha trajetória me levou a outra formação acadêmica e profissional: fiz curso técnico em Processamento de Dados e trabalhei como auxiliar administrativo em uma empresa de manutenção em computadores. Com o passar do tempo, sentia que não estava incompleta com esta atividade profissional, o que me levou a deixar o escritório em 1999. Investi, então, no desejo de ser professora. Entre os anos de 1999 e 2002 ministrei aulas de Informática em duas instituições em Salvador-BA. Ao mesmo tempo fazia vários cursos e treinamentos para desenvolver a prática pedagógica.

Em 2002 iniciei uma graduação em Sistemas de Informações com Ênfase em Componentes Distribuídos e Web, e comecei a trabalhar na Educação Básica, ministrando aulas de Informática em escolas particulares de pequeno porte. No ano seguinte a conclusão da graduação (2006), iniciei uma Pós-graduação *Lato Sensu* em Sistemas de Informações, o que me deu a oportunidade de, em 2007, trabalhar em cursos de graduação nas áreas de computação em instituições particulares. Em paralelo, trabalhei em curso técnico profissionalizante de uma escola pública. Ao longo de todo o percurso me mantive atenta e preocupada com as fragilidades sociais que envolviam meus(minhas) alunos(as).

Em 2010, após ingressar como docente na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), via concurso público, passei a enxergar minha relação com o mundo por outras perspectivas e fui provocada a entender as relações didático-profissionais através da ciência, da educação e da formação de professores(as). As experiências vividas na Universidade, acompanhadas por inquietações, e a maturidade profissional em processo formativo, me levaram a perceber lacunas relacionadas à minha formação escolar, às questões sociais e ao meu papel de educadora: não poderia replicar a formação que tive, orientando estudantes para conquistarem o pretenso “bom emprego”. Comecei a observar e a entender que minhas atividades na Universidade estão além dos muros, vez que a Universidade do Estado da Bahia objetiva a,

Art. 1º § 2º (...) formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social - dos direitos humanos -, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público (Estatuto da UNEB, 2012).

Logo, era/é necessário mostrar para os(as) estudantes seus direitos constitucionais, afinal, de acordo com o art. 6º da Constituição Federal de 1988,

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta. (BRASIL, 1988).

A necessidade de atendimento a estes direitos teve seu agravamento frente às questões sociais evidenciadas após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, estendendo-se nos governos seguintes e por toda a pandemia de Covid-19; e, articuladas às minhas inquietações, serviram de inspiração para iniciar uma jornada voltada ao repensar filosófico sobre o papel da ciência e da universidade no Brasil.

Em meio ao cenário instalado na sociedade brasileira e mundial, percebia-se que estávamos vivenciando, além de uma crise sanitária, uma crise informacional que tinha a anticiência como uma das facetas desta crise. Naquele momento, o conhecimento científico se mostrou fundamental para criar soluções eficazes frente aos novos desafios que se apresentavam, bem como muito importante para conter o surgimento de informações que colocassem em risco a saúde da população.

Com o conhecimento científico sendo cada vez mais desacreditado e negado, junto à imagem e ao papel da universidade, vimos que esta pode contribuir para repensar questões advindas pela crise informacional na esteira da anticiência, uma vez que desempenha importante papel na formação do conhecimento. Segundo Stuart Junior e Zuliani (2020, p. 12), cabe à universidade,

(...) atender à tarefa política de fornecer informações teórico-científicas, éticas e políticas, que orientem o indivíduo, por meio de sua capacidade de reflexão, a ter autonomia de pensamento, a ser crítico e capaz de compreender a si mesmo, a atribuir sentido a sua existência e ser consciente do seu papel como sujeito social.

Sob essa perspectiva humana, a universidade estará desenvolvendo bem o seu papel quando for capaz de atender efetivamente as exigências que dão suporte à formação do sujeito humano, bem-informado e capaz de exercer conscientemente não só sua profissão, mas também compreender-se enquanto sujeito político, crítico e criativo frente ao mundo em que habita.

A universidade estabelece relações com a comunidade interna e com a externa através do desenvolvimento de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão e que, preconizada na Constituição Federal de 1988, essa tríade deve ser trabalhada de forma indissociada em Instituições de Ensino Superior (IES). Em seu art. 207 lê-se que, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

O conceito de indissociabilidade remete a algo que não existe sem a presença do outro, ou seja, o todo deixa de ser todo quando se dissocia. Alteram-se, portanto, os fundamentos do ensino, da pesquisa e da extensão; por isso trata-se de um princípio paradigmático e epistemologicamente complexo. Conforme Morin (1999, p.37), “a organização desse “todo” produz emergências, isto é, certo número de qualidades irreduzíveis a das partes isoladas”. Analisar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a partir do estudo de cada uma das partes que o constitui, sem conceber o conhecimento do todo, pode fortalecer uma justaposição, mostrando, cada vez mais, seus limites ao invés da vitalidade do “circuito autoprodutor cujos produtos e efeitos são necessários à causa e à produção” (MORIN, 1999, p. 40). No “complexo triângulo”, as partes complementam-se e o conflito existente alimenta a vitalidade da universidade (TAUCHEN, 2009, p. 93).

Logo, devemos pensar o pilar formado por ensino, pesquisa e extensão em uma estrutura formada por cursos e programas que desenvolvam atividades nestas três dimensões, que perpassassem por sua estrutura e não se limite em relações duais. Moita e Andrade (2009, p. 269) nos advertem que,

(...) a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Posto isto, reforço que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um princípio que não está restrito ao cumprimento do que preconizam as Leis e Resoluções, mas demanda, antes, a assunção institucional deste princípio com foco na consolidação de políticas institucionais para isto. Isto porque, segundo Itamaraju,

(...) enxergo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão essencial, mas eu tenho um outro olhar. Eu acho que, por exemplo, eu trabalho com os três. Como [docente] em sala de aula, eu tenho um projeto de pesquisa, tenho orientando de IC e tenho o meu projeto de extensão. Mas eu demorei muito para fazer um projeto de extensão. Tem professor que tem expertise para um e não para outro. Então tem professor que não tem expertise pesquisa, ele é muito mais focado na extensão. Ele é muito mais focado em estar mais na comunidade do que com os projetos pesquisa. Então eu não vejo a obrigatoriedade do professor trabalhar com os três porque muitas vezes ele não tem expertise (Itamaraju, relato oral, 2022).

Esta não é uma compreensão incomum na comunidade acadêmica. No entanto, há que ser argumentado que a indissociabilidade é um princípio orientador da produção universitária em sua qualidade, o que contribui para o fazer autônomo, competente e ético. Sendo assim, este princípio “reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a

aproximação entre universidade e sociedade, a autorreflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico” (ANDES, 2013, p. 50).

A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem no planejamento de ações institucionais e nos interesses da maioria da sociedade. Logo, ao se aceitar a produção acadêmica como essencial para a ciência e para o conhecimento, questiono: considerando suas políticas institucionais, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) busca atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizada na legislação brasileira?

Partindo deste questionamento, este texto reflete um esforço de pesquisa na qual busco discutir as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia vigentes, assumindo o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além deste, trago outros objetivos: (1) Problematizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB; (2) Identificar ações institucionais que promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB; (3) Situar ações institucionais que promovem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na prática acadêmica a partir da visão de docentes da UNEB que estão em cargos de gestão; (4) Contribuir com o acompanhamento e a formulação de novas políticas institucionais na Universidade do Estado da Bahia.

As primeiras leituras levaram aos objetivos principais da Universidade, - Art. 1º § 2º de seu Estatuto (UNEB, 2012) - e ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão descrito no art. 207 da Constituição Federal de 1988. O estudo do pilar universitário em sua indissociabilidade possibilitou um olhar mais crítico sobre as ações e os projetos desenvolvidos na UNEB, frente ao cenário de desvalorização das universidades e do conhecimento científico.

Assim, para poder alcançar os objetivos estabelecidos nesta pesquisa e assumir seu questionamento, compartilho do pensamento de Aguiar (2010, p. 2) para quem,

(...) realizar uma pesquisa e enfrentar seu caos não significa pensar historicamente no sentido de narrar os acontecimentos ou de adotar um método tal qual definido pelas ciências naturais para se chegar a um fim concreto ou a uma verdade absoluta, mas é pensar geograficamente, ou seja, o método de pesquisa como uma paisagem que muda a cada momento e de forma alguma é estático.

Dessa forma, optei por uma pesquisa exploratória, com docentes da UNEB que estão em cargos de gestão, para contextualizar e analisar as ações institucionais que promovam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo



em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Para isto, realizei levantamento bibliográfico e trouxe para este texto autores que discutem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; recorri à literatura para situar os dispositivos legais no seu contexto histórico e social; e, além disto, realizei levantamento documental com a legislação brasileira e os documentos normativos da UNEB.

Este Relatório de Pesquisa está organizado em quatro capítulos. Em sua Introdução, apresento o que me motivou a iniciar esta pesquisa e apresento o problema investigado, os objetivos, a justificativa, a metodologia utilizada; cito o marco de referências teóricas para situar o objeto de pesquisa e o formato de entrega da pesquisa.

No primeiro capítulo, descrevo os procedimentos metodológicos e as ações desenvolvidas na aplicação do método do trabalho de pesquisa. No segundo, problematizo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB. Nele contextualizo o *lócus* da pesquisa, ao abordar o percurso da UNEB desde a sua concepção até os dias atuais para compreender o conceito de universidade, sua história enquanto instituição, tendo em vista o cenário em que as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão são desenvolvidas; discuto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no campo de pesquisa, com vistas ao caráter indissociado do ensino, da pesquisa e da extensão através da legislação brasileira, estadual e institucional, bem como o papel das universidades na produção de conhecimento e na formação do cidadão; problematizo a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no planejamento e execução das atividades finalísticas na universidade. No terceiro capítulo, apresento algumas contribuições para o acompanhamento e a formulação de políticas institucionais na Universidade do Estado da Bahia, além de um quadro em que apresento todo o material divulgado por meio de comunicação oral, publicação de resumos, artigos e capítulos de livros dos estudos produzidos ao longo desta pesquisa. E por fim, no último capítulo, teço algumas considerações sobre a pesquisa realizada, descrevo algumas dificuldades e trabalhos futuros.

O estudo teórico do objeto investigado, as informações produzidas junto aos gestores da UNEB e o compromisso de socializar os conhecimentos construídos me fez entender a importância de elaborar este Relatório de Pesquisa sobre as políticas institucionais na promoção da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na UNEB, com o intuito de contribuir para o acompanhamento e a formulação de novas políticas institucionais.

Assim, este formato final do texto que resulta no Trabalho de Conclusão Final de Curso (TCFC)<sup>1</sup>, problematiza o objeto investigado, traz os resultados da pesquisa cumprindo o papel de anunciar o engajamento deste processo, realizado no âmbito de um Programa Profissional *Stricto Sensu*, apontando para sua continuidade a partir da nossa implicação com esta investigação. Por isto, trata-se de uma pesquisa implicada realizada no contexto da prática profissional nesta Universidade.

---

<sup>1</sup> Nomenclatura atribuída aos formatos finais de trabalho de pesquisa realizadas em Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, na modalidade Profissional, preconizada na Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, a qual “dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES”.

## 2 PROPOSTA METODOLÓGICA

Como dito anteriormente, trata-se de uma pesquisa exploratória com levantamento bibliográfico e documental, e realização de estudo de caso junto a gestores da UNEB com experiência no domínio do assunto estudado, vez que,

Muitas vezes as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

(...) Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2008, p. 27).

Início a pesquisa com um breve relato do percurso da UNEB desde a sua concepção até os dias atuais para compreender o conceito de universidade, sua história enquanto instituição, tendo em vista o cenário em que as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão são desenvolvidas. As discussões tiveram como base: Constituição Federal de 1988; Lei Delegada nº 66/83; Regimento Geral da UNEB, 2012; BOAVENTURA (1997, 1998a e 1998b); FIALHO (1998, 2005), e EYSEN; ROSÁRIO; PIMENTA (2020).

Sigo com a discussão feita através da legislação brasileira, estadual e institucional, bem como o papel das universidades na produção de conhecimento e na formação do cidadão. Destaco Documentos Federais, Estaduais e Institucionais que normatizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996, Plano Nacional de Educação 2014-2024 - PNE Lei nº 13.005/2014, Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE-BA Lei nº 13.559/2016, dentre outros.

Trago, também, o recorte sobre esta indissociabilidade, tendo como base suas políticas institucionais. Foram identificadas tais ações institucionais com recorte no quadriênio 2018-2021; além de buscar entender a articulação entre os órgãos da Instituição para materialização das ações. Consultamos documentos institucionais como Estatuto da UNEB (2012), Regimento Geral da UNEB (2012), Plano de Desenvolvimento Institucional da UNEB - PDI 2017-2022 e Programa de Gestão UNEB - ProGest 2018-2021.

Com encontros realizados para o campo da pesquisa busquei identificar como os(as) gestores(as) entendem o planejamento das ações institucionais que buscam promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de suas atividades finalísticas. Estes encontros foram planejados de forma que os envolvidos se sentissem

confortáveis para dissertar sobre os tópicos apresentados: (1) Experiências na gestão; (2) Planejamento das atividades/ações com base no PDI e ProGest; e (3) Resultados das atividades/ações sobre a mobilização da comunidade acadêmica para as ações realizadas. Essas discussões tiveram como base as políticas institucionais internas e apresenta um quadro com as ações institucionais da UNEB que promovem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, com recorte no quadriênio 2018-2021 (APÊNDICE A), no entanto, realizei as análises no contexto atual.

A produção de informações, realizada no campo da pesquisa, contou com três momentos: (1) Roda de Conversa com Gestores do DEDC X - Direção do Departamento e Coordenação de Núcleo de Pesquisa - NUPE/DEDC X; (2) Café World com Pró-Reitoras Acadêmicas<sup>2</sup>– Ensino de Graduação (PROGRAD), Extensão (PROEX) – e da Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN); (3) Entrevista Aberta com Vice-Reitora<sup>3</sup>. Os encontros tiveram como objetivo identificar como os(as) gestores(as) entendem o planejamento das ações institucionais que buscam materializar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento de suas atividades finalísticas.

A Roda de Conversa com Gestores do DEDC X aconteceu presencialmente, em Teixeira de Freitas/BA e contou com a participação de três docentes com experiência na gestão departamental (2018-2021), sendo que uma professora já ocupou tanto a Coordenação do NUPE, quanto a Direção do Departamento. Isso nos possibilitou fazer uma linha do tempo, trazendo as memórias das gestões. O Café World também foi presencial, no Campus I - Salvador, e contou com a participação das Pró-Reitoras Acadêmicas e de Planejamento. Contou, ainda com a participação de pesquisadores(as) do Grupo de Pesquisa Forma(em)Ação - GEFEP UNEB/CNPq como debatedores(as), o que foi muito importante, pois além das informações junto às Pró-Reitoras, compartilhamos esse momento de socialização do conhecimento com estes(as) pesquisadores(as) - estudante da Educação Básica, estudantes da Graduação e estudantes egressos e ingressos da Pós-Graduação Stricto Sensu da UNEB. Complementando as estratégias metodológicas adotadas, foi realizada Entrevista Aberta com a Vice-Reitora via plataforma Teams Institucional. Inicialmente, todos(as) os partícipes da pesquisa seriam gestores(as) do período 2017-2021, porém, no desenvolver da pesquisa, entendemos que trazer à conversa o Grupo Gestor atual (2022-2025) faria mais sentido no entendimento do objeto em estudo.

---

<sup>2</sup> A Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG) não pôde participar da produção de informação devido a compromisso assumido anteriormente.

<sup>3</sup> A Reitora não pôde participar da produção de informação devido a compromisso assumido anteriormente.

Importante informar que o roteiro elaborado foi o mesmo para os três encontros, evitando-se o confronto de falas entre os encontros. Todos(as) participantes dissertaram confortavelmente sobre os tópicos apresentados, de acordo com a sua visão e experiência de gestão. Os relatos feitos nestes momentos constituem a escrita deste Relatório com o objetivo de circundar o objeto investigado no contexto desta Universidade.

Cumprindo recomendações éticas para procedimentos da pesquisa, mantendo o anonimato destes(as) participantes, seus nomes foram substituídos por nomes de algumas cidades que integram o percurso entre Teixeira de Freitas e Salvador: Camacam, Eunápolis, Gandu, Itabela, Itabuna, Itagimirim, Itamaraju e Ubaitaba.

Os estudos realizados contribuíram para que eu pudesse entender perspectivas sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão posta na universidade e me deu subsídio para, então, rever minha prática docente, socializar os conhecimentos construídos por meio de comunicação oral, publicação de resumos, artigos e capítulos e apresentar este Relatório de Pesquisa. Com isto, busco contribuir para o acompanhamento e a formulação de novas políticas institucionais na Universidade do Estado da Bahia.

### **3 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

#### *3.1 Lócus da Pesquisa*

A Universidade do Estado da Bahia - UNEB é uma Instituição de Ensino Superior criada pela Lei Delegada nº 66, de 1º de junho de 1983, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 909, de 31 de julho de 1995, e reestruturada pela Lei Estadual nº 7.176, de 10 de setembro de 1997. É uma Instituição autárquica de regime especial, de ensino, pesquisa e extensão, vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com sede e foro na Cidade do Salvador e jurisdição em todo o Estado da Bahia.

Desde a sua criação, a UNEB tem papel fundamental na produção de conhecimento e na formação integral do sujeito, vez que “(...) socialmente, todos têm direito à educação a ser prestada pelo Estado que, para tanto, deve organizar os serviços educativos, oferecendo-os de acordo com o estabelecido pelos princípios e normas da Constituição (BOAVENTURA, 1997, p. 143)”.

Sua estrutura acadêmico-administrativa tem como base os Departamentos – na capital e no interior - e é composta pela Reitoria e Órgãos que respondem pelas atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. As atividades universitárias, em suas diversas modalidades, primam pela integração do ensino, pesquisa, extensão, com vistas à qualidade da educação, melhor utilização dos recursos públicos e maior efetividade social.

Atualmente (2022), conta com mais de 20 mil estudantes, 2.868 docentes, 967 técnicos(as); tem 133 cursos de Graduação presenciais, 14 cursos de Graduação à distância; 26 Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu com 31 cursos e 45 Programas de Pós-Graduação Lato Sensu com 17 em funcionamento, ofertados nos 30 Departamentos instalados em 25 campi e 1 campus avançado. A Administração Central está situada no Campus I - Salvador/BA e os demais Campi estão distribuídos em municípios baianos de médio e grande porte. Desta forma, a UNEB está presente nos Territórios de Identidade da Bahia, com grande capilaridade junto aos municípios vizinhos onde estão seus Campi e sua estrutura multicampi possibilita a cobertura da Educação Superior em todo o território baiano, como pode ser visto na Figura 1.

Figura 1: Mapa da multicampia UNEB distribuída nos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: Repositório de mapas institucionais. Disponível em: [www.mapas.uneb.br](http://www.mapas.uneb.br). Acesso em: 29 abr. 2023.

A ideia de uma universidade multicampi surgiu após a reestruturação da Educação Superior vinculada ao sistema estadual na gestão do professor Edivaldo Machado Boaventura, então Secretário de Educação e Cultura da Bahia (1983-1987).

A proposta da reestruturação da Educação Superior foi estabelecer um sistema educacional estadual que contemplasse todos os tipos de estabelecimentos, do pré-escolar à Pós-Graduação, acompanhando os níveis de ensino que estruturam a educação. Além de assegurar o desenvolvimento do sistema estadual em todos os níveis, a proposta de reorganização da Educação Superior também atendia questões de ordem socioespacial, pois,

(...) a confluência de fatores de desenvolvimento em determinados centros urbanos e, conseqüentemente, das oportunidades de emprego e de trabalho, associada à distribuição das oportunidades de acesso aos bens da cultura, assim como à informação e à comunicação, produziram os efeitos por demais conhecidos: dois brasis, desiguais regiões etc. Diferenças, ou melhor, desigualdades que se traduzem, também, no interior de cada estado da federação. Nesse panorama, a universidade se constitui como lugar de produção do mais importante insumo para o desenvolvimento econômico: o conhecimento científico (FIALHO, 1998, p. 28).

Por meio da oferta da Educação Superior no interior, o Estado assume o compromisso de retroalimentar os demais níveis do sistema educacional ao estabelecer cursos, faculdades e universidades a fim de que possa atender à população que necessita de educação nesse nível, ao mesmo tempo em que parte dos produtos do sistema educacional retorna ao mesmo sob a forma de professores e especialistas para a Educação Básica.

A Constituição Federal de 1988 legitima a organização multicampi ao dispor que “as universidades públicas descentralizarão suas atividades, de modo a estender suas unidades de Ensino Superior às cidades de maior densidade populacional” (parágrafo único do art. 60 da Constituição Federal de 1988). O formato multicampi agrega benefícios para o Estado: (1) possibilita a economia de meios, pois através da gestão central evita uma duplicação de serviços com várias reitorias; (2) evita a não aconselhável faculdade isolada; (3) possibilita que a universidade penetre em áreas geograficamente diversificadas, promovendo o acesso ao Ensino Superior para populações anteriormente excluídas; (4) contribui para o desenvolvimento da comunidade em que atua; (5) a interiorização é de suma importância para a Educação Básica, pois, por meio da formação e atualização de professores, supre carências destes profissionais em localidades distantes dos grandes centros urbanos; dentre outros.

A organização em Territórios de Identidade para fins da administração do sistema educacional levou ao estabelecimento de um sistema de Educação Superior que cobrisse todo o Estado, com diversidade de campi autônomos. No entanto, era preciso que faculdades e universidades se integrassem em um conjunto articulado sem perder autonomia e decisão. A



solução foi a criação da Universidade do Estado da Bahia, cobrindo todo o território e compondo-se de vários centros, com direção e colegiados próprios. Segundo Boaventura (1998a, p. 257), com o tempo, “a Faculdade deverá, como unidade decisória, por ela mesma, pelos procedimentos acadêmicos que a farão crescer, como núcleo de educação superior, passar a ser um centro universitário e, finalmente, com consistência e maturidade, a universidade”.

Em 1980, a Coordenação de Informática da Secretaria da Educação Superior do Ministério de Educação e Cultura, contabilizava 20 entidades de Educação Superior na Bahia, sendo três Universidades: Federal da Bahia, Católica do Salvador e Estadual de Feira de Santana; uma Federação de Escolas: Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna; e 16 Estabelecimentos Isolados de Ensino Superior.

Para Boaventura (1998b, p. 238), há três fatores a considerar para a concepção de uma universidade multicampi para a Bahia: (1) um sistema estadual de educação, para ser completo, há de possuir todos os níveis e tipos de ensino, indo da pré-escola às instâncias superiores da Pós-graduação; (2) uma Educação Superior estadual há de se organizar, regionalmente, confirmando a identidade cultural, em unicampus ou multicampi; e (3) uma faculdade ou universidade, por fim, pelas exigências próprias à condição mesma da Educação Superior, concentra laboratórios, bibliotecas e equipamentos outros, que mudam e enriquecem a vida cultural de uma comunidade urbana do interior.

Nessa trajetória e dinâmica de pensamento, a Universidade do Estado da Bahia foi criada, sob a forma de autarquia em regime especial, vinculada à Secretaria da Educação e Cultura, com personalidade jurídica de direito público, autonomia acadêmica, administrativa e financeira e patrimônio próprio<sup>4</sup>. Sua finalidade é a de desenvolver a Educação Superior de forma harmônica e planejada, promovendo a formação, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a pesquisa e extensão, bem como estimular a implantação de cursos e campi universitários nas regiões do Estado, observando suas peculiaridades e a Legislação Federal pertinente, segundo art. 2º da citada Lei Delegada nº 66.

A sua estrutura sob a forma de um Sistema Multicampi de Educação Superior, deu-se pela junção de oito entidades e cursos superiores de graduação: Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro, Faculdade de Formação de Professores de Jacobina,

---

<sup>4</sup> Vale ressaltar que “a Constituinte de 1988 (...) associou a autonomia universitária à indissociabilidade das funções da educação superior – ensino, pesquisa e extensão – interligando no art. 207 o princípio da autonomia à unidade do ensino com a pesquisa” (BOAVENTURA, 1997, p. 172).

Faculdade de Formação de Professores de Santo Antônio de Jesus, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, Centro de Ensino Técnico da Bahia, Faculdade de Educação da UNEB. Segundo art 3º da Lei supracitada, integrariam a UNEB, mediante Decreto, outras Unidades de Educação Superior, implantadas ou que viessem a ser instituídas pelo Poder Executivo.

Além de integrar faculdades existentes, a UNEB criou a Faculdade de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA) como sua unidade pedagógica de base, em Salvador. Foi pioneira na formação de professores, na Bahia, pois, além de especialistas também formava professores para o ensino infantil e séries iniciais do fundamental com ênfase na alfabetização (EYSEN; ROSÁRIO; PIMENTA, 2020).

Para cumprir sua missão de “produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber” (Art. 1º do Regimento Geral da UNEB, 2012), a UNEB realiza constantemente “um exercício de visualização e reflexão dos estudos regionais de modo a estabelecer conexões entre os processos de integralização” (SANTOS, 2018, p. 13).

Por meio da multicampia e da atuação nos territórios de identidade da Bahia, a universidade busca compreender processos de sua implementação, estruturação e funcionamento, vez que a Bahia é um estado com grande extensão territorial, possui a maior população rural do país, sofre com as diversidades climáticas - concentra mais de 55% do semiárido nordestino -, e apresenta graves problemas sociais.

No território de identidade Extremo Sul da Bahia, temos o município de Teixeira de Freitas, localizado a 918 km da capital do Estado, onde está o Departamento de Educação, Campus X da UNEB. Este Departamento de Educação originou-se do Núcleo de Ensino Superior de Teixeira de Freitas, extensão do Centro de Educação Técnica da Bahia – CETEBA/Salvador<sup>5</sup>. Este Núcleo se tornou Faculdade de Educação de Teixeira de Freitas, vinculada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)<sup>6</sup> e, posteriormente, esta Faculdade foi integrada, definitivamente, à UNEB<sup>7</sup>. Em 1992, o Núcleo passou a ser denominado como Centro de Educação Superior de Teixeira de Freitas (CESTEF)<sup>8</sup>. No entanto, com a reestruturação das Universidades Estaduais da Bahia, conforme a Lei nº 7.176 de 10 de setembro de 1997, e em consonância com o Decreto CONSAD nº 7.223 de 20/01/1998, o CESTEF passou a integrar a Universidade do Estado da Bahia, denominado como Departamento de Educação, Campus X/Teixeira de Freitas (DEDC X) (UNEB, 2019).

---

<sup>5</sup> Decreto Estadual nº 32.527/85.

<sup>6</sup> Decreto Estadual nº 32.527/85.

<sup>7</sup> Decreto Governamental nº 34.370/1987.

<sup>8</sup> Lei nº 6.364/92.

Atualmente (2022), o DEDC X agrega 562 estudantes – graduação e Pós-graduação -, 79 docentes, 47 técnicos(as)<sup>9</sup>; oferta 09 cursos de Graduação presenciais<sup>10</sup>, 02 cursos de Graduação à distância<sup>11</sup>, 01 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu<sup>12</sup> e 11 cursos de Pós-Graduação Latu Sensu<sup>13</sup>.

O Campus X da UNEB desempenha importante papel no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural na região Extremo Sul da Bahia. Desde a sua origem, vem se configurando como um grande centro de formação de profissionais da educação, consolidado através das suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Suas ações buscam valorizar a pluralidade de pensamento e vivências, realizando diversas iniciativas de alinhamento com os segmentos de povos tradicionais, tão presentes nesta região - quilombolas, indígenas, marisqueiras, pescadores, terreiros e ciganos.

As vantagens do sistema multicampi, são, no entanto, acompanhadas por alguns desafios. Gerir uma Universidade tão diversa não é tarefa fácil, como relatado pelas partícipes desta pesquisa,

(...) a UNEB tem um desafio maior por ser multicampi. (...) Eu vejo que a Universidade ainda não conseguiu criar uma gestão de multicampia porque ainda atua como uma Universidade centralizada (Eunápolis, relato oral, 2022).

A grandeza, a relevância social e econômica da multicampia é enfraquecida pela desvalorização no cotidiano desta multicampia (Camacam, relato oral, 2022).

A multicampia da Universidade faz com que seja muito difícil o trabalho de mobilização. Tem situações que é importante estar no lócus para poder dialogar melhor com a comunidade e juntos encontramos as melhores soluções que demanda tempo e deslocamento (Itabela, relato oral, 2022).

As distintas realidades encontradas nos 26 campi da UNEB impõem o exercício constante de reflexão acerca dos estudos regionais de modo a estabelecer conexões entre os processos de integralização de suas ações, o que torna complexo o planejamento, a execução e o acompanhamento de suas atividades. Dentre outros, ela tem que lidar diariamente com diferentes particularidades regionais, culturais, políticas e acadêmicas, destacando a análise

<sup>9</sup> 08 são efetivos, 02 têm contrato temporário, 10 são cargo, 25 terceirizados e 02 primeiro emprego.

<sup>10</sup> Cursos de licenciaturas: Ciências Biológicas; Educação Física; História; Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena e Pedagogia Intercultural em Educação Escolar Indígena; Letras com Língua Portuguesa e Literaturas; Letras com Língua Inglesa e Literaturas; Matemática e Pedagogia.

<sup>11</sup> Bacharelado Administração Pública e Licenciatura Música.

<sup>12</sup> Programa de Pós-Graduação em Letras – mestrado acadêmico.

<sup>13</sup> Biociências e Biodiversidade: Ecologia e Conservação Ambiental; Educação de Jovens e Adultos; Educação Infantil; História, Política e Formação; Educação Matemática; Gestão Educacional; História, Cultura e Sociedade; Linguística; Linguística Aplicada ao Português; Literatura Brasileira e Psicopedagogia.

dos elementos que vêm impactando na gestão da Universidade, sobretudo, aqueles que projetam as ações estratégicas da instituição, como será tratado neste Relatório de Pesquisa.

### *3.2 Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão*

A Universidade lida, diariamente, com a universalidade do saber, com o compromisso histórico pela busca do conhecimento, com o avanço da ciência, com a formação de profissionais e com o desenvolvimento da sociedade e dos povos. Os objetivos e as intencionalidades da existência da universidade relacionam-se com as ações finalísticas de ensino, pesquisa e extensão. Para Puhl (2016, p.226),

A universidade, ao longo de sua existência, passou por diversas transformações, sejam elas quanto à sua organização, forma de funcionamento e estruturação, dinâmicas administrativas, seu financiamento e formas de produção e socialização de conhecimentos. No entanto, há um eixo, um núcleo central, que dá identidade a todas as universidades e que persiste ao longo do tempo: elas são um lugar do conhecimento. É o conhecimento a razão de sua existência. As universidades são o lócus de formação integral da pessoa a qual passa pela tridimensionalidade do fazer universitário, enunciada na legislação pátria.

Sendo assim, o resultado do que se produz na Universidade, dada a dimensão acadêmica do trabalho ali realizado, caracteriza-se em face da sua natureza (produto intelectual) e do lugar, espaço de produção, diretamente subordinado, portanto, às leis da produção e reprodução social.

A sua identidade política está relacionada aos princípios e às normas legais que a República lhe atribui. No o art. 1º da LDB nº 9394/96 lê-se que,

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

E no art. 205 da Constituição Federal de 1988,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Logo, promover o protagonismo estudantil em seu processo formativo profissional e de cidadania voltado ao desenvolvimento de competências para a atuação, assim como promover a transformação social, nos provoca a pensar sobre um conceito de sala de aula que não mais se limita ao espaço físico tradicional. A sala de aula passa a ser, então, todos os

espaços de aprendizagem dentro e fora da instituição de ensino em que se aprende e se reconstrói o processo histórico e social em suas múltiplas dimensões e facetas, uma vez que,

(...) no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros de conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende (FREIRE, 2021, p.09).

Nesta perspectiva, o processo pedagógico clássico pensado no binômio estudante/professor é substituído pelo processo estudante/professor/comunidade, no qual a comunidade ganha destaque de participante ativa (BRASIL, 2018).

A apropriação do conceito de indissociabilidade é imprescindível para planejar, desenvolver e avaliar atividades acadêmicas, assumindo este conceito como princípio de práticas no Ensino Superior. Segundo Soares, Farias e Farias (2010, p.12),

A nova configuração do Ensino Superior recebe um caráter tridimensional, a fim de tornar o processo de formação pedagógica mais completo e mais complexo; completo por abranger as três dimensões aqui exposta, e complexo por tratá-las a partir do princípio da indissociabilidade, que trata o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, como elementos que constituem uma tríplice responsável pelo processo de formação do profissional docente.

Para estudantes, o contato com o aprendizado em sala e a prática junto à busca pela resolução de problemas sociais, auxiliam na construção de conhecimento e validação das ações profissionais.

Os requisitos constitucionais para Extensão Universitária passaram a ter vida e vigor com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96. No Plano Nacional de Educação 2014-2024 – PNE Lei nº 13.005/2014, também constam três metas que utilizam como estratégias ações de extensão que contribuem para a materialização do art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incisos VII e VIII, como podemos ver no Quadro 1, a seguir.

**Quadro 1:** Metas e estratégias relacionadas a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no Ensino Superior estabelecidas no PNE 2014-2024

METAS	ESTRATÉGIAS
Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.	Estratégia 12.7 - assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Estratégia 12.11 - fomentar estudos e pesquisas

<b>METAS</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
	que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País.
Meta 13: elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	Estratégia 13.7 - fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na Pós-graduação Stricto Sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.	Estratégia 14.10 - promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.

**Fonte:** PNE 2014-2024.

Outro Documento a ser considerado é o Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE-BA Lei nº 13.559/2016 que traz metas e estratégias com ações relacionadas ao Ensino Superior que contribuem para a materialização do art. 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incisos VII e VIII, destacadas no Quadro 2.

**Quadro 2:** Metas e estratégias relacionadas à indissociabilidade entre Ensino, pesquisa e extensão no Ensino Superior estabelecidas no PEE-BA 2016-2026

<b>META</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>
Meta 3: Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PEE-BA, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).	Estratégia 3.15 - estimular, por meio de orientação profissional, a participação dos adolescentes e jovens nos cursos das áreas tecnológica e científica, estabelecendo acordos com as IES e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a realização de estágios e visitas técnicas, articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 90% (noventa por cento), até 2025, e reduzir a taxa de analfabetismo funcional, até o final da vigência deste PEE-BA.	Estratégia 9.10 - fazer proposições de programas colaborativos de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os estudantes com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.
Meta 10: Ampliar a oferta em 25% (vinte e cinco por cento), das matrículas de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, na forma integrada à Educação Profissional.	Estratégia 10.2 - implementar programas de formação profissional para a população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, do campo e da cidade, bem como para os(as) estudantes

<b>META</b>	<b>ESTRATÉGIA</b>
	com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as centrais e sindicatos de trabalhadores, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social.
Meta 12: Focalizar o crescimento gradativo da taxa líquida de matrícula na Educação Superior, a partir da vigência deste PEE-BA, de maneira que se atinja a taxa de 12% (doze por cento) em relação à população estimada de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de idade no ano de 2025, contribuindo para equilibrar a meta nacional e, do mesmo modo, concentrar esforços para que a taxa bruta de matrícula se situe em torno de 30% (trinta por cento) nesse mesmo ano.	Estratégia 12.3 - articular um fórum de interlocução entre as instituições públicas que atuam na Educação Superior, no âmbito de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, fundado no fortalecimento da colaboração interfederativa, no pacto cooperativo e no diálogo interinstitucional, na reafirmação das competências instituídas pela Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - LDB, e pelo disposto no art. 214 da Constituição Federal. 12.14 - discutir com as IES procedimentos que contribuam para difundir a participação de estudantes em programas de extensão universitária, de modo orientado para as áreas de grande pertinência social, avaliadas conjuntamente entre IES, órgãos públicos e secretarias de governo.
Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.	Estratégia 13.4 - impulsionar a formação de consórcios de instituições públicas e privadas de Educação Superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade territorial às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Estratégia 13.5 - incentivar a requalificação dos currículos dos cursos de graduação no âmbito do Estado, assegurando mobilidade estudantil e observância dos princípios da flexibilidade, da interdisciplinaridade, da transversalidade, da contextualização e da curricularização da pesquisa e da extensão.

Fonte: PEE-BA 2016-2026.

A pesquisa, articulada ao ensino e à extensão, deve constituir-se como uma atitude constante nos meios acadêmicos e nas atividades de difusão de conhecimentos e de intervenção em problemas efetivos da sociedade.

Através deste princípio, as universidades devem desenvolver atividades que materializem a finalidade a Educação Superior, que, de acordo com o art. 43 da LDB,

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da Educação Básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Frequentemente as Instituições de Ensino Superior mobilizam debates sobre como efetivar este princípio em uma realidade. Neste movimento, Rays (2003, p. 1) apresenta algumas assertivas e questões básicas que conduzem à reflexão:

- a. Os cursos necessitam estar plenamente preparados e organizados para a materialização do processo de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- b. Sem a adequação correta das condições materiais e humanas aos entornos pedagógico, científico e social dos cursos, ao lado da ausência de um projeto curricular contextualizado, torna-se impraticável a sinergia entre as atividades-fim do Ensino Superior.
- c. O entendimento equivocado de um dos polos do "tripé básico" do Ensino Superior dificulta a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?
- d. A interdisciplinaridade, a articulação teoria-prática-teoria, a permeabilidade as transformações e a razão crítica, constituem-se nas interfaces da indissociabilidade?
- e. Como romper com estruturas curriculares que induzem a uma cultura dissociativa entre o ensino, a pesquisa e a extensão?
- f. Como flexibilizar os componentes curriculares com vistas a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão?

Estas questões mostram que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e



extensão apresenta-se como um grande desafio para a Universidade, pois envolve, necessariamente, todas as atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão) e convoca o corpo universitário à articulação de saberes. Ubaitaba faz um relato do fazer da indissociabilidade no seu cotidiano na Universidade.

A gente vai fazendo as coisas à medida que as necessidades vão aparecendo. E essa tentativa de integrar esses três pilares que, realmente, é uma dificuldade. Mas por outro lado, eu fico pensando nas minhas experiências de sala de aula. (...) Então, vamos escolher um objeto e ver como cada campo do conhecimento pode trabalhar esse objeto e a tentativa de integrar esses três pilares (Ubaitaba, relato oral, 2022).

Para melhor compreensão amplitude deste desafio, é importante considerar marcas históricas situadas na história das instituições de Ensino Superior públicas no país. Para poder envolver as dimensões individuais e coletivas de configuração histórica da universidade e o princípio da indissociabilidade, Gonçalves (2016) utiliza os conceitos de campo e de *habitus*, descritos por Pierre Bourdier (2003; 2004). Neste sentido, o ensino superior e cada universidade podem ser percebidos como campos, ou seja, “espaços em que se dão as relações sociais, sendo que cada agente participa de vários campos simultaneamente, e cada campo pode estar relacionado a ser abrangido por outros, maiores” (GONÇALVES, 2016, p. 54).

Gonçalves, remetendo-se à Bourdieu (2003, 2004) nos diz que,

(...) Nestes campos há especificidades, bem como subcampos, como podem ser chamadas as áreas de conhecimento e as instâncias administrativas das instituições, como Departamentos ou Pró-Reitorias. E cada campo possui regras e capitais, que são constituídos social e historicamente, com sentidos gerais compartilhados pelos agentes que os compõem, que fomentam tensões e disputas internas entre os agentes e grupos, que buscam estabelecer sua dominância ou legitimidade, utilizando-se de capitais, estratégias e práticas que visam a conquistar e manter essa legitimidade (BOUDIEU, 2003).

Por sua vez, estes agentes desenvolvem práticas em consonância com seu *habitus*, ou disposições adquiridas pela experiência (BOUDIEU, 2004, p. 21), valores, crenças e suas vidas, conforme os campos dos quais o participam (GONÇALVES, 2016, p. 54-55).

Neste sentido, Itagimirim<sup>14</sup>, em seu relato, nos mostra que em vários momentos na universidade (campos) estamos trabalhando nossa formação (*habitus*) através da junção de experiências de vários atores.

Momentos como esses são formativos porque, por mais que você tenha a prática, às vezes empírica, no momento que eu vejo você está pensando na sua trajetória, na intencionalidade, na repercussão e como que a gente vai conduzir, quer dizer, a formação está exatamente nessa perspectiva de que ela tira a gente do empirismo. Daquele projeto pessoal, profissional de tocar

---

<sup>14</sup> Itagimirim refere-se ao encontro para a produção de informações para esta pesquisa.

a formação, que também é auto - toda formação é autoformação. E um momento como esse, a pesquisa provoca essa reflexão. (...) E a gente vai sistematizar isso e dar institucionalidade a essa ação. Então a pesquisa, pode contribuir como um elemento catalizador desse pensar: de institucionalizar as ações que, às vezes, são empíricas (Itagimirim, relato oral, 2022).

Este relato nos leva a ponderar que cada integrante da comunidade universitária tem práticas derivadas de sua experiência e formação (*habitus*) e guarda profunda relação com os campos pelos quais passou, envolvendo seu conhecimento ou ignorância que refletem na prática. Somos marcados pelas nossas experiências e, partindo delas, formamos nossa memória. Desta forma, ao realizar quaisquer atividades, fazemos conexões de experiência para estruturar nossas ações. Para Gandu, participe da pesquisa, suas experiências refletem no seu fazer na Universidade e que podem contribuir para a criação de políticas institucionais.

(...) Eu sou a memória de muitas das coisas. A minha experiência (...) pode não ser retratada dentro de um documento legal, mas eu posso usar a minha experiência, a de [cita um professor], a sua e a do outro nas discussões. (...) E aquilo que for redimensionado, ou não, já tem uma carga da nossa experiência, do que foi refletido. (...) A memória pode ser traduzida no documento, pode ser traduzida na discussão daquele documento, às vezes você valida uma coisa, você não valida outra, tudo bem. Eu acho que se é discutido coletivamente, se é acordado coletivamente, é o que é da Universidade que está acordado, que deve privilegiar (Gandu, relato oral, 2022).

Gandu defende que nossas experiências também nos ajudam a fazer correlações e a estruturar olhares para a tomada de decisões no coletivo. Através delas podemos orientar outros atores na Universidade a enxergar o que é essencial para a formulação de políticas institucionais e argumenta,

(...) sempre temos plenárias com a comunidade, então nesse lugar a comunidade externa se faz presente e provoca discussões sobre as questões, sobre as demandas do território e também sobre as necessidades. (...) Às vezes há necessidades que o próprio território não enxerga e demanda coisas que não são prioridades. Então a gente vai provocando, problematizando aquilo que eles trazem (Gandu, relato oral, 2022).

Nossas experiências refletem nossos pensamentos e nossas ações. Então, ao levar nossas experiências para discussões mais amplas, estamos dando significado ao que fazemos e, a partir das experiências de outros autores, construímos novas experiências, compreendendo a importância da participação do coletivo no planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades universitárias, em suas diversas modalidades, são desenvolvidas, com a finalidade de promover a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, com vistas à melhoria da qualidade da educação, melhor utilização dos recursos públicos e maior

efetividade social.

A Universidade é composta por 65 órgãos que têm que planejar suas ações de forma colegiada. Então, para que o planejamento funcione, é preciso que tudo na Universidade seja decidido em seus conselhos e colegiados, incluindo as ações da reitoria, que só podem ser realizadas sob a deliberação dos Conselhos Conselho Universitário (CONSU) e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). No âmbito departamental, as deliberações se dão no âmbito do Conselho de Departamento e dos Colegiados.

Ao Conselho Universitário (CONSU), órgão máximo de deliberação, compete formular, com prioridade, a política universitária, definir as práticas gerais da área acadêmica e administrativa, e funcionar como instância revisora, em grau de recurso, das deliberações relativas ao âmbito da sua competência. Sendo composto por: Reitor, Presidente; Vice-Reitor, Vice-Presidente; Pró-Reitores; Diretores de Departamento; representantes do corpo discente, correspondendo a um total de doze por cento deste Conselho; representantes do corpo técnico-administrativo, correspondendo a um total de doze por cento deste Conselho; e, três representantes das comunidades regionais dos campi.

Já ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa, Extensão (CONSEPE), órgão consultivo e deliberativo, compete definir a organização e funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos de administração superior e setorial da Universidade. Sendo composto por: Reitor, Presidente; Vice-Reitor, Vice-Presidente; Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com a área acadêmica; Diretores de Departamento; Coordenadores dos Colegiados de curso de graduação, sequencial, mestrado e doutorado; e, representantes do corpo discente, num total de doze por cento deste Conselho.

Atividades Acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão da Universidade serão desenvolvidas com observância dos seguintes princípios básicos: indissociabilidade entre elas; adequação do desempenho da Universidade às realidades regionais; integração da Universidade com os demais sistemas de ensino; integração da Universidade com os sistemas produtivos ou de desenvolvimento comunitário; interdisciplinaridade das áreas de conhecimento; garantia do padrão de qualidade; igualdade de condições para o acesso e permanência na Instituição; e, avanço do conhecimento e a sua atualização em todos os campos do saber.

A pesquisa e inovação serão desenvolvidas pelos Departamentos, articulados com os Núcleos de Pesquisa e Extensão, Órgãos Suplementares e Órgãos de Apoio Acadêmico-Administrativo, em atendimento às demandas emergentes da comunidade acadêmica ou

externa, com vistas à indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação, tendo como referencial as diretrizes traçadas pelo CONSU, ouvido o CONSEPE.

As diretrizes e prioridades da pesquisa na Universidade são estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a partir de proposta elaborada pelos Departamentos e demais órgãos acadêmicos, articulados com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação (PPG), sintonizadas com a vocação institucional e ancoradas nas demandas estratégicas para o processo de desenvolvimento regional e para o desenvolvimento da ciência, tecnologia, cultura e arte.

Os Programas, projetos cursos e atividades de extensão serão desenvolvidos para os públicos interno e externo nas modalidades presencial ou à distância, obedecendo aos eixos temáticos definidos institucionalmente e as diretrizes e impacto e transformação no desenvolvimento regional, a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Outras atividades universitárias podem ser desenvolvidas sob a forma de convênios, ajustes, acordos culturais ou de cooperação técnica, contratos, a serem firmadas com instituições idôneas, públicas, privadas, não governamentais, nacionais ou estrangeiras, correlacionadas com as atividades de ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil e gestão universitária.

A Universidade pode instituir monitoria, para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa e extensão, admitindo alunos regulares, selecionados pelos departamentos dentre os estudantes que tenham demonstrado aproveitamento na disciplina ou componente curricular objeto de monitoria e/ou tenham comprovada experiência relacionada com a área.

### *3.3 Planejamento das atividades finalísticas na Universidade*

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) tem como missão a produção, difusão, socialização e aplicação do conhecimento nas diversas áreas do saber e, para sua realização, envolve um processo particular de apropriação, de incentivo e de forma de lidar com as práticas e o processo de institucionalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em atendimento às suas atividades finalísticas, goza de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, exercidas na forma da Lei e do seu Estatuto. Tem, ainda, papel fundamental na produção do conhecimento e na formação integral do sujeito. De acordo com seu objetivo principal, qual seja,

Art. 1º § 2º (...) formação integral do cidadão e o desenvolvimento das potencialidades econômicas, tecnológicas, sociais, culturais, artísticas e literárias da comunidade baiana, sob a égide dos princípios da ética, da democracia, das ações afirmativas, da justiça social - dos direitos humanos -, pluralidade étnico-cultural e demais princípios do Direito Público (Estatuto da UNEB, 2012).

Em atendimento à legislação brasileira sobre a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, o art. 3º do Estatuto da UNEB, preconiza que:

As atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão têm por objetivo, a formação do homem como ser integral e o desenvolvimento socioeconômico, político, cultural, artístico e literário da região e do país, com vistas à:

I - produção e crítica do conhecimento científico, tecnológico e cultural, facilitando o seu acesso e difusão;

II - participação e assessoramento na elaboração das políticas educacionais, científicas e tecnológicas em qualquer dos seus níveis;

III - formação e capacitação de profissionais; e,

IV - participação e contribuição no crescimento da comunidade em que se insere e na resolução de seus problemas.

Parágrafo Único. A Universidade, ao lado das funções de caráter específico poderá exercer outras atividades de interesse da comunidade.

Logo, as atividades universitárias, em suas diversas modalidades, são desenvolvidas, com a finalidade de promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas à melhoria da qualidade da educação, melhor utilização dos recursos públicos e maior efetividade social. Para Itabuna, uma das participantes desta pesquisa,

A Universidade é única e tem uma função social imensa, uma responsabilidade imensa para com a sociedade. Ela forma, ela forma pesquisador, ela forma a comunidade em si por meio da extensão, ela forma um profissional por meio da graduação e titula por meio da Pós-Graduação (Itabuna, relato oral, 2022).

O planejamento no âmbito da Universidade é atividade constante, contínua e orgânica. O processo de planejamento envolve a definição de metas e ações para que a execução física de suas ações finalísticas ocorra a contento, de forma a evidenciar os resultados e impactos da ação da Universidade. A pandemia nos mostrou a importância do planejamento na Universidade e, segundo Gandu,

(...) a pandemia foi um retrato dessa situação [planejamento]. Porque nós tivemos que ter políticas e documentos específicos para um contexto. O contexto externo impôs que a Universidade redimensionasse suas atividades de ensino e pesquisa, de gestão, de relação, de todo. Não foi só entre nós, mas como a gente estava se comportando. Então, esse olhar atento para o que está acontecendo é importante para gente não ficar cego. (...) Então, a Universidade precisa se dar conta de que ela está em movimento e ela

precisa estar atenta a esse olhar para dentro e para fora o tempo inteiro (Gandu, relato oral, 2022).

O relato de Gandu nos remete, ao início da pandemia de Covid-19 decretada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) em março de 2020. Esta pandemia fez com que a Universidade formulasse políticas e documentos específicos para o contexto. Tal cenário levou o Grupo Gestor a refletir sobre as relações que a Universidade estabelece com a comunidade interna e externa, e fez com que ela redimensionasse as ações de ensino, pesquisa e extensão, de gestão e de relacionamentos.

Neste contexto, à PROPLAN cabe promover a integração dos órgãos da Universidade para que a Universidade atinja os seus objetivos. Quando a Universidade elabora um Plano Plurianual (PPA) do reitorado, por exemplo, ela tem metas a cumprir. Tais metas vêm do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Programa de Gestão (ProGest) do reitorado.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)<sup>15</sup>, um dos principais instrumentos de gestão da UNEB, é concebido com a finalidade de orientar, apresentar subsídios, difundir informações e apoiar a Universidade na tomada de decisão no âmbito da gestão multicampi no sentido de alcançar suas expectativas, objetivos e metas. Considera-se para este fim, suas particularidades regionais, culturais, políticas e acadêmicas, destacando a análise dos elementos que vêm impactando na gestão da Universidade, sobretudo, aqueles que projetam as ações estratégicas da instituição. Este documento segue as recomendações do Ministério da Educação (MEC) para sua elaboração, ao tempo em que define também seu próprio percurso, considerando a realidade institucional da UNEB, sua vinculação ao Sistema Estadual de Educação da Bahia e, por fim, sua integração ao Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Diretamente vinculadas às metas constituídas no PDI, estão as ações definidas no ProGest<sup>16</sup>. Este documento tem como base as experiências e ações que conduziram a gestão da Universidade no quadriênio anterior, e que podem impulsionar planos, programas e projetos destinados a aperfeiçoar a gestão no quadriênio atual. Todo reitorado tem o seu Programa de Gestão. Na UNEB, ele teve origem no projeto de campanha do reitor e vice-reitor eleitos (2015-2018) e foi divulgado junto à comunidade universitária no período eleitoral. No caso do ProGest, a PROPLAN e a Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI) pegam as contribuições das propostas do reitor e vice-reitor eleitos e, também, outras

---

<sup>15</sup> A escrita deste texto alcançou o tempo de vigência do PDI UNEB 2017-2022. Para o período 2023-2027 um novo PDI está em construção.

<sup>16</sup> A escrita deste texto alcançou a mudança na gestão da UNEB com a eleição de nova equipe para a Reitoria e para a Administração Central para o período 2022-2025 - um novo ProGest está em construção.

contribuições recebidas durante a campanha de eleição ao reitorado. Verificam o que é exequível e o que não é, a luz da legislação e da dinâmica da Universidade, e compõem o ProGest. Então ele é uma participação mais de reitor(a) e vice-reitor(a) que foram eleitos(as).

O PDI exige a participação de toda a comunidade universitária. Os 65 órgãos da Universidade elaboram a sua participação neste documento. A depender da indicação da reitoria na época de sua elaboração, há comissões com representações dos territórios ou de departamento.

Para que o PDI seja aprovado, é preciso passar pelo Conselho Universitário, que é composto por reitor, presidente; vice-reitor, vice-presidente; pró-reitores; diretores de departamento; representantes do corpo discente; representantes do corpo técnico-administrativo; e, representantes das comunidades regionais dos campi.

Itabela refere-se a mudanças na metodologia de elaboração do PDI na gestão atual (2022-2025). Sobre isto, trago um relato que aponta para alterações na metodologia,

Agora está vencendo esse PDI [2017-2022] e vamos vivenciar um novo processo de construção na [atual] gestão. Só que dessa vez não só as Pró-Reitorias, as Assessorias e Secretarias vão escrever. Terá a participação dos Diretores de Departamento, dos Coordenadores de Colegiado de curso - tanto de Graduação, quanto de Pós-Graduação na escrita desse documento. (...) Quando você inclui os Diretores, inevitavelmente você está incluindo a multicampia, ou seja, os vários territórios vão ter um olhar sobre o PDI (Itabela, relato oral, 2022).

Assim, após o término da elaboração do novo PDI gestores e comunidade universitária poderão verificar sua participação neste documento e sentir-se representados. No entanto, ainda há o desafio quanto à participação da comunidade na elaboração deste documento. Gandu adverte que,

O PDI (...) tem esse desafio de trazer, de articular a própria comunidade para que não seja um documento endógeno e que esse documento sirva de norte pra os documentos nos Conselhos Universitários. (...) Então esse planejamento deve dar um direcionamento para todas as políticas da Universidade. O nosso desafio é instituir um clima de construção para este documento de modo que todos participem, que todos se enxerguem e que traduza a identidade da Universidade. Então esse é um desafio grande que nós vamos ter. Desafio porque, muitas vezes, a gente, enquanto comunidade, acha como isso algo de cunho burocrático (Gandu, relato oral, 2022).

O Plano de Gestão 2022-2025 foi construído, inicialmente, a partir do PDI 2017-2022 e do Plano de Campanha da gestão eleita. O Plano de Campanha foi construído de forma colaborativa e coletiva com a participação de todos os envolvidos com o processo eleitoral. Segundo Itabela,

(...) O Plano de Campanha foi disponibilizado em um site para que as comunidades internas e externas tivessem acesso e pudessem contribuir. Então o Programa de Gestão atual é uma intercessão do PDI vigente com esse plano que foi sendo elaborado por várias mãos independentemente da representação institucional (Itabela, relato oral, 2022).

Com base no PDI e no ProGest é elaborado o Plano Plurianual (PPA), o qual vai dar origem ao orçamento da Universidade. A UNEB é uma autarquia de administração pública estadual, que é mantida pelo tesouro estadual. Então, enquanto autarquia tem que elaborar, também, toda parte do planejamento público. O PPA é o primeiro instrumento de planejamento público também em outras instâncias e tem vigência a partir do segundo ano do mandato de um titular do executivo e os três anos seguintes para que no primeiro ano de quem está assumindo não sofra a interrupção. No âmbito do governo estadual, no primeiro ano de mandato, o(a) Governador(a) eleito terá que cumprir o PPA aprovado pelo(a) Governador(a) anterior.

O PPA da UNEB é elaborado com base no PDI e no ProGest e, em articulação com todos os seus órgãos - a Universidade os convoca para que elaborem o planejamento das atividades que serão desenvolvidas no exercício do ano seguinte -. Caso o orçamento do planejamento elaborado pelos órgãos seja superior à cota estabelecida pela Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN-BA) e pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), a PROPLAN devolve-os para que os órgãos de origem priorizem as ações e retornem, novamente, a PROPLAN para que seja elaborada, então, a proposta orçamentária da Universidade que vai integrar a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Como visto, a gestão universitária busca identificar metodologias variadas para o envolvimento da comunidade na definição de políticas institucionais. A partir de discussões junto com o Conselho Universitário são elaboradas políticas institucionais, para Gandu,

(...) essas políticas que a Universidade tem elaborado, nós temos feito através do Conselho Universitário. O Conselho Universitário tem participação de estudantes, de docente; não tem da comunidade externa. Mas tem de estudantes, servidores, docentes, gestores. Então as políticas não são feitas, por exemplo, no Gabinete, elas são feitas a partir de discussões, junto com o Conselho Universitário (Gandu, relato oral, 2022).

Para materialização desse planejamento, é importante haver uma comunicação que garanta o diálogo e a interação do grupo gestor com os órgãos da Universidade. A administração central organizou formas técnicas de comunicação das políticas institucionais -



e-mail institucional, Sistema Eletrônico de Informações (SEI)<sup>17</sup> e portal UNEB<sup>18</sup>, por exemplo. Contudo, foi registrado que falta diálogo e que há fragilidade na comunicação entre os Departamentos e outros órgãos da Administração Central. Vejamos os relatos a seguir,

Há respostas pontuais a questionamentos. (...) O departamento não participa ativamente da elaboração das ações institucionais. (...) São recebidas demandas para serem realizadas (Eunápolis, relato oral, 2022).

Não há continuidade das atividades institucionais. A cada troca de gestão muitas atividades são alteradas. (...) Até atividade que vinha funcionando bem e dando resultado. (...) Há troca frequente dos nomes das atividades; até descobrir que é a mesma atividade muito tempo foi perdido (Camacam, relato oral, 2022).

Melhorar a comunicação entre os Departamentos e demais órgão e setores da Administração Central é tarefa constante na Universidade. Para resolver a assincronicidade na comunicação, a gestão atual implantou plantões remotos - via plataforma Teams Institucional - nas Pró-reitorias. São definidos dias e horários durante a semana para que os(as) gestores(as) e demais servidores acessem as salas e possam dialogar, em tempo real, com os(as) servidores(as) do setor e tirar dúvidas, bem como receber orientações sobre como proceder em determinada situação.

O acompanhamento das atividades da Universidade tem que ser constante. Para isso, a UNEB conta com o Sistema de Planejamento e Gestão Universitária (SPGU) - Sistema que articula informações do FIPLAN<sup>19</sup>, do RH Bahia<sup>20</sup>, do PDI, do ProGest, do PPA e do orçamento anual.

Além de ter os relatórios extraídos do SPGU, a PROPLAN solicita dos órgãos da Universidade relatórios quadrimestrais de atividades por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nestes Relatórios, os órgãos devem informar se as ações planejadas foram realizadas ou não, e se foram realizadas de forma diferente ao planejado.

Incentivar a participação de toda a comunidade acadêmica no processo de planejamento é muito importante. No entanto, é preciso garantir que documentos e sistemas da gestão universitária sejam compreendidos pelos gestores. Para Eunápolis,

---

<sup>17</sup> O Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é um sistema de gestão de processos e documentos arquivísticos eletrônicos, que possibilita a virtualização de processos e documentos, permitindo atuação simultânea de várias unidades ao mesmo tempo em um mesmo processo. Para saber mais, consultar

[www.portalseibahia.sae.ba.gov.br/](http://www.portalseibahia.sae.ba.gov.br/)

<sup>18</sup> Disponível em [www.portal.uneb.br](http://www.portal.uneb.br)

<sup>19</sup> Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia, instituído pelo Decreto nº 14.125/2012. (FIPLAN) - sistema informatizado que contempla o processamento e armazenamento de dados orçamentários e financeiros do Estado da Bahia.

<sup>20</sup> O RH Bahia é o sistema informatizado de gestão de Recursos Humanos do Estado da Bahia. Para saber mais, consultar <https://rhhahia.ba.gov.br/>

(...) instrumentos/ferramentas são bons. (...) Permitem alinhar uma meta do governo estadual com uma meta que está no PDI como elemento de despesa do FIPLAN. O problema está na gestão. Nós não tivemos formação para usar os Sistemas quando assumimos a gestão. Nos debruçamos no PDI (...) e no ProGest porque todas as ações dentro do Departamento devem estar alinhadas com o ProGest (Eunápolis, relato oral, 2022).

As fragilidades da ausência de treinamentos não se resumem ao uso de sistemas e de (des)conhecimento dos documentos de gestão universitária. A Universidade não oferece formação para ser gestor, o docente que assume um cargo de gestão precisa aprender na prática, o que contribui para o acúmulo de atividades e trabalho de contingência dos gestores. Para Ubaitaba,

(...) acho triste essa dificuldade da gente entrar na gestão, porque a gente tem medo da gestão no sentido de que ela nos toma tempo demais. E agora eu estou passando por essa dificuldade, porque eu sou [docente] que faz pesquisa, que precisa pesquisar, que precisa escrever. E a gestão nos toma, mas, ao mesmo tempo, é esse compromisso que a gente tem com a Universidade e com o território, com as pessoas que estão no território (Ubaitaba, relato oral, 2022).

Essas questões terminam influenciando diretamente nas atividades finalísticas da Universidade e, conseqüentemente, na prática da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É comum identificar os mesmos grupos de pessoas realizando diversas atividades na universidade, isso demanda tempo. E quando o(a) docente planeja suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes não consegue refletir sobre as articulações entre as dimensões. Ubaitaba traz à discussão as condições de trabalho e nos provoca pensar sobre a gestão,

(...) nosso trabalho na UNEB é um trabalho de contingência. A gente sempre está contingenciando por várias coisas e faz sempre esse esforço para dar uma resposta porque, no fundo, é motivado, justamente, por esses princípios que regem as universidades no sentido do seu papel, da produção do conhecimento, de divulgar esse conhecimento e aí acaba no sacrifício. Então, aí, a gente entra na questão das condições de trabalho. (...) essa discussão é muito importante porque acaba adoecendo (Ubaitaba, relato oral, 2022).

Muitas das vezes, os docentes assumem um cargo de gestão nos departamentos por necessidade da Universidade, não necessariamente por um desejo pessoal. Sabem que o acúmulo das atividades de gestão, somado às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão irá sobrecarregar, e esta sobrecarga de trabalho interfere diretamente no planejamento e no desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Além disto, muitos dos problemas enfrentados pelos gestores na promoção da articulação entre os órgãos para a materialização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na Universidade, as pessoas que participaram da pesquisa referem-se à carga horária. Vejamos dois relatos,

(...) Tem situações que é importante estar no *locus* para poder dialogar melhor com a comunidade e, juntos, encontramos as melhores soluções que demanda tempo e deslocamento. (...) São 26 campi espalhados nos territórios de identidade da Bahia, (...) eu fico pensando qual é o limite de carga horária que tem que dar (...) porque é tudo muito estimulante, é muito diverso (Itabela, relato oral, 2022).

(...) tem hora que o Departamento precisa de você. Você pega 16 horas em sala de aula e ainda vai ter projeto de pesquisa e projeto de extensão para dar conta?! (Itamaraju, relato oral, 2022).

Em complemento, Gandu traz uma reflexão sobre a valorização da hora de trabalho na Universidade, pois é importante observar como as atividades são desenvolvidas.

Com relação a carga horária, nós temos docentes que, às vezes, acabam priorizando ou ensino ou pesquisa ou extensão por conta do excesso de carga horária. Os docentes têm feito muita queixa disso. (...) Quando nós temos que falar não é só da formação profissional, da valorização profissional dessa carga horária. Então, como são indissociáveis, temos que ver como é que dentro daquilo que eu faço, eu posso dimensionar; e não algo estanque como caixinhas de ensino, de pesquisa e de extensão (Gandu, relato oral, 2022).

As dimensões ensino, pesquisa e extensão, enquanto atividades finalísticas da universidade, devem ter tratamento equivalentes nas instituições de ensino superior em cumprimento ao que preconiza a Constituição. No entanto, os gestores afirmam que são sobrecarregados com as atividades de ensino e não sobra muito tempo para desenvolver os projetos de pesquisa e extensão. Segundo um dos relatos,

(...) é sacrifício para manter os projetos de pesquisa e extensão devido a carga horária no ensino. Acho que, dentro da Universidade, quando se trata dessa temática, a gente tem um grande paradoxo porque eu vejo que, embora a Universidade busque se firmar [nessa tríade] - ensino, pesquisa e extensão -, ela é vista, e de alguma forma nós somos cobrados, apenas no campo do ensino. E aí eu acho que esse paradoxo gera todos esses problemas em relação a esses desafios que a gente enfrenta (Eunápolis, relato oral, 2022).

Relato como este revela o quanto, na opinião de alguns gestores, a universidade está mais na direção do ensino do que da pesquisa e da extensão – estas duas últimas se vinculam às escolhas particulares, o que torna difícil pensar essas dimensões institucionalmente. Então, se o docente está muito envolvido com o ensino, que já lhe toma muito tempo, quando é provocado a fazer pesquisa, muitas vezes, está relacionado, diretamente, ao seu interesse pessoal. Tal questão é apontada no relato de Eunápolis,

E eu tenho experienciado aqui, que quando os professores que retornam de suas formações, acabam sendo engolidos novamente pelo ensino. E aí a gente percebe que os professores que conseguem manter os seus projetos de pesquisa e os seus projetos de extensão é a base de muito sacrifício. Eu acho que isso perpassa pela questão mesmo da valorização do trabalho docente nesses três campos. (...) Porque ainda o que conta no PIT [Plano Interno de Trabalho] é sua carga horária em sala de aula (Eunápolis, relato oral, 2022).

Questões assim revelam que o princípio constitucional da indissociabilidade, mesmo estando nos documentos institucionais, ainda encontra suas dificuldades para ser cumprido na prática das atividades finalísticas nas Universidades. Logo, ao trabalhá-los de forma dissociada perde-se a oportunidade de contribuir para a formação integrada do(a) aluno(a) nas atividades de ensino, pesquisa e extensão tão necessária para a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem com inserção social dos sujeitos envolvidos.

Sabe-se que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está descrita nas políticas da Universidade, porém o desafio está no entendimento e acompanhamento dessas ações. Para Gandu,

(...) Traduzimos esse desafio nos documentos. No entanto, precisamos que estes também sejam incorporados por todos dentro da Universidade para que chegue nas pontas. Esse é um desafio muito grande e não será vencido se não fizermos essa reflexão e ficarmos provocando constantemente sobre o que a Universidade tem feito, o que ela pode fazer. E essa reflexão tem que nascer na gente e com o outro também, senão vai ficar muito engessada (Gandu, relato oral, 2022).

Então é um esforço grande trazer a comunidade para as discussões dos documentos institucionais de forma que sejam entendidos e gere reflexões que possam traduzi-los para a prática das atividades na Universidade. Nos argumentos de Gandu,

(...) como nós docentes não temos essa formação, é mais fácil um documento institucional chegar na própria gestão e discutir na própria gestão por um grupo menor - nós temos aproximadamente 40 mil pessoas entre estudantes, servidores.

(...) Então é preciso provocarmos essa formação também das pessoas. Quando você olhar que o ensino pode ser com pesquisa, o ensino pode ser com extensão, que a gestão também provoca extensão. Então é nessa dimensão da formação que eu penso que está o nosso grande desafio. Porque as ações elas vão nascendo a partir desse lugar (Gandu, relato oral, 2022).

Mesmo com as decisões registradas em atas das reuniões dos Conselhos Universitários (CONSU e CONSEP), é essencial que a equipe de gestão universitária desenvolva outras metodologias para reunir as comunidades para fazer essas discussões, além da promover formações para que essas comunidades compreendam o que está se discutindo e possam contribuir efetivamente na definição de novas políticas institucionais e de modo a vivenciá-las. Lidar com os desafios inerentes ao quantitativo de pessoas na Universidade e as particularidades dos territórios - que levam em conta aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e físicos - é um exercício diário que precisamos fazer para cumprir o princípio constitucional.

### 3.4 Execução das atividades finalísticas na Universidade

A Universidade institui monitorias como ação para incentivar estudantes, docentes e técnicos da instituição e estudantes regularmente matriculados na Educação Básica da Rede Pública a participarem de ações de ensino, pesquisa e extensão. Estas ações são institucionalizadas por meio de Chamadas Públicas e Editais de Seleção e promovidas pelas Pró-Reitorias Acadêmicas - de Ensino de Graduação, de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação, e de Extensão -, e pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas em articulação com a Pró-Reitoria de Planejamento, supervisionadas e executadas nos Departamentos através dos Núcleos de Pesquisa e Extensão (NUPE). Todos os projetos que concorrem a bolsas de monitoria devem ser cadastrados no Sistema Informatizado de Projetos (SIP). Este cadastro garante o planejamento das ações, no entanto, a efetivação, o acompanhamento e a divulgação desses projetos enfrentam dificuldades, como podemos ver no relato a seguir,

Temos cadastrados no SIP 123 projetos. Mas se você analisar ali, nós temos muitos projetos que, na prática, não se efetivam - tanto de extensão, quanto de pesquisa. (...) E, às vezes, a gente vê muito uma iniciativa, pelo menos em alguns casos, em que o objetivo [é] desenvolver um projeto de extensão; que, muitos ainda estão focados nas bolsas e acabam misturando com o projeto de permanência<sup>21</sup>, que deveria existir forte na Universidade, para poder resolver esses problemas [acesso às bolsas]. Por exemplo, o professor se vê forçado a fazer um projeto de pesquisa ou de ensino ou de extensão para poder manter bolsas para poder ajudar os alunos. Então eu acho que isso repercute um pouco na efetividade desses projetos (Eunápolis, relato oral, 2022).

Além da já citada carga horária de trabalho destinada ao ensino, a descrição das atividades nas Chamadas e Editais de seleção deixam lacunas quanto aos objetivos das ações que devem ser desenvolvidas e, em geral, não fazem alusão a indissociabilidade. É importante estabelecer encontros para discutir esses documentos no coletivo - no departamento e departamento com órgão da Administração Central - para entender seus objetivos, definir ou ajustar métodos para acompanhamento e formas de divulgação. Ubaitaba destaca que,

(...) tem muitos projetos acontecendo. Mas eu acho que esses projetos são um pouco discutidos no sentido de apresentados para o grupo. (...) Então você começa com a política de ter relatórios mais robustos porque até então o SIP diz muito pouca coisa. O SIP você colocava lá o que que você tinha que fazer, mas você não retornava naquela plataforma, o que foi produzido ao longo, por exemplo, de um semestre, dentro de um curso de extensão ou de um ano. Então eu acho que com a incorporação da plataforma a gente pode ter melhor essas informações (Ubaitaba, relato oral, 2022).

---

<sup>21</sup> Para saber mais sobre os programas de permanência e de auxílios estudantil, acesse ao site da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES), em <https://praes.uneb.br/>.

As melhorias nos sistemas contribuem para o preenchimento das lacunas no processo de acompanhamento das atividades indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão relatadas pelos coordenadores de projetos. Para a Gestora da PROEX,

(...) quando a gente monta um relatório mais detalhado e que traduz melhor o que a gente faz de extensão, a gente está dizendo que a gestão vai fazer pesquisa, a gente está fazendo cartografia. Não é um levantamento de dados e um cruzamento para ver se chegou no indicador. A gente está fazendo uma cartografia da Universidade. Quando a gente cartografa a Universidade, a gente se conhece melhor para pensar políticas no âmbito não só da extensão, mas da pesquisa e do ensino. Até no âmbito de gestão de pessoas vai pensar políticas que melhor atendam ao que acontece e não o que a gente quer (Gestora da PROEX, relato oral, 2022).

Logo, através dos relatórios é possível perceber o que está sendo feito na extensão e de que forma está impactando no ensino e na pesquisa. Essas atividades e ações estão complexificando a relação da Universidade com suas comunidades, pois são muitas variáveis acontecendo de forma articuladas e que estão impactando umas nas outras. No entanto, é preciso observar a relação efetiva com as comunidades. Segundo Itabela,

(...) a gente chega em 400 municípios, dos 417 da Bahia. Isso é um dado que abre os olhos de todo mundo. Só que eu não acho esse dado interessante. Por exemplo, eu preferiria que a gente atendesse a menos municípios, mas de forma mais incisiva, efetiva, participando inclusive das políticas daquele lugar (Itabela, relato oral, 2022).

Esta é uma questão relacionada à política de acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade que envolve a articulação da gestão com a comunidade externa. Somadas às melhorias nos sistemas, que contribuem para se pensar políticas institucionais, coordenadores de projetos devem ouvir as comunidades e estudar quais são suas reais necessidades para depois escrever o projeto. Muitas vezes as necessidades das comunidades são semelhantes e vários projetos isolados podem se articular para ampliar seu alcance, impactando menos na carga horária dos coordenadores de projetos. Quanto a isso, Gandu relata uma experiência,

A cada membro do departamento, cada professor, nós tínhamos uma articulação com a comunidade através da participação nos Conselhos Municipais na Educação, Conselho de Saúde, participação no Conselho na Gestão do Território. (...) E aí eu trago uma questão que essa extensão ela se dá, também, pela gestão. Essa articulação não se dá só pelo ensino, através do ensino com pesquisa ou ensino com extensão. Não está só com a pesquisa, nem a divulgação das pesquisas, nem a investigação. Eu trago esse elemento que é a articulação através da gestão. Gestão pode e deve ser articulada (Gandu, relato oral, 2022).

Essas questões evidenciam que há fragilidades no entendimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Logo, há fragilidades na execução e no acompanhamento das políticas institucionais que garantem este princípio, como podemos ler no relato a seguir,

Eu estou mudando a minha fala. Não falo mais dos três pilares da educação tem tempo. Eu não falo porque pilar é o que sustenta. Se nós não temos um pilar que sustenta de pesquisa, essas universidades caem. Nós não temos três pilares fixos dentro da nossa universidade. (...) O que a mantém é o ensino. (...) É uma universidade sendo sustentada só por um pé. Então quando você coloca aqui discutir as políticas institucionais pautados no princípio do ensino, da pesquisa e da extensão, não existe indissociabilidade, não existe. Por que não existe? Não existe porque nós não sabemos fazer. Nós não sabemos, é difícil, é muito difícil fazer (Camacam, relato oral, 2022).

O relato de Camacam mostra que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão precisa ser discutida e trabalhada nos departamentos para ser melhor compreendida. Ubaitaba descreve, a seguir, uma experiência interdisciplinar na qual, durante a produção de informação para esta pesquisa, ela registrou que começou a entender que, em sua prática, há a indissociabilidade.

A gente vai fazendo as coisas à medida em que as necessidades vão aparecendo. E essa tentativa de integrar esses três pilares que, realmente, é uma dificuldade. Mas por outro lado, eu fico pensando nas minhas experiências de sala de aula. (...) Então vamos escolher um objeto e ver como cada campo do conhecimento pode trabalhar esse objeto e a tentativa de integrar esses três pilares. O que nós fizemos foi uma tentativa (...) interdisciplinar para duas disciplinas trabalharem junto. Essa indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é muito mais profunda. (...) nós não sabemos fazer isso.

(...) fomos para [cita uma comunidade indígena] fazer um trabalho lá. Os alunos fazerem pesquisa e fomos mostrar as coisas que a gente tinha feito aqui no Departamento - oficina de contação de histórias, por exemplo. Na época eu estava com a disciplina [cita a disciplina]. E, depois dessa experiência, os meninos fizeram trabalhos bonitos, renderam experiências bonitas. Alguns alunos daquela experiência me procuraram: professora, eu quero fazer pesquisa, falando sobre a língua patxohã porque eu conversei com o indígena *tal* e ele falou isso eu acho interessante. Aí eu fiquei tão feliz porque a gente tinha atividade de ensino, a gente fez atividade de extensão e no encontro com a comunidade gerou pergunta de pesquisa! Então acho assim que nessa tentativa de acerto e erro, ou de indicar alguma coisa, a gente, no chão da sala de aula e nesse Departamento, tenta construir propostas (Ubaitaba, relato oral, 2022).

A experiência descrita Ubaitaba mostra a indissociabilidade presente na ação de ensino, praticada em sala e fora dela: as elaboração de atividades dizem respeito a responsabilidade da socialização dos saberes já acumulados pela humanidade; a socialização destas atividades numa comunidade está relacionada a aplicabilidades social e ética dos conhecimentos acumulados; e, em campo, a identificação de temas para os trabalhos de

conclusão de curso mostra a produção de novos saberes, buscando alargar as fronteiras do conhecimento humano. É importante entender que a indissociabilidade não está no projeto, mas na ação. No entanto, segundo as estruturas institucionais, o projeto não pode ter mais de uma natureza: ou é de ensino, ou é de pesquisa ou é de extensão. No relato de Itabuna,

Se for um projeto de extensão, ele vai subsidiar um outro projeto para pesquisa e vai fortalecer a graduação. Um projeto não é desenvolvido como pesquisa e como extensão (Itabuna, relato oral, 2022).

No orçamento compartimentado da Universidade é preciso dizer quanto recurso é destinado para cada dimensão. Essa sinalização da natureza do projeto unida à falta de treinamento e do diálogo entre a comunidade dificulta o entendimento do princípio constitucional da indissociabilidade. É comum docentes e técnicos que não têm conhecimento aprofundado sobre planejamento orçamentário, confundirem a natureza dos projetos com as ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, é necessário indicar as fontes dos gastos no planejamento das suas ações nos sistemas.

A indissociabilidade está presente constantemente nas atividades da Universidade, mesmo que, muitas vezes, não seja enxergada. Através da fala de Gandu durante a produção de informações para esta pesquisa temos um exemplo disto:

(...) Essa pesquisa provoca não só com [seu] objeto, não só com o produto dela. Ela provoca e ela é formativa nesta entrevista. Nós que trabalhamos com formação docente entendemos isso. A entrevista ou qualquer dispositivo que a gente lance mão para investigar em particular o ensino, a pesquisa extensão, como estamos fazendo agora, ela é formativa; então ela é provocadora. Ela não vai provocar quando você fizer o depósito de sua dissertação no Programa. Ela já provoca em você, já provoca em [cita nome de professor], já provoca em mim. E em rever a gestão, em rever o PDI, na escolha do tema, na forma que você está colocando sobre isso, ela já começa a provocar. Daí é isso indissociabilidade. Não tem como você dizer onde está uma coisa e outra. Elas estão juntas. A sua investigação, com o meu olhar da extensão, com certeza com o meu olhar sobre o ensino. Então, esse olhar, essa provocação (...) eu procuro trazer na minha docência porque é algo que eu entendo que é fundamental para a formação estudantes.

A indissociabilidade que está descrita na Constituição não é a articulação. É preciso enxergar como ela acontece. A articulação são as caixinhas. (...) Mas elas já são indissociáveis. O que a gente tem que fazer é descobrir como é que está acontecendo ali exatamente (Gandu, relato oral, 2022).

Neste relato lemos que a indissociabilidade está posta na Constituição, porém é preciso o entendimento de que sua materialização depende da articulação entre as ações de ensino, pesquisa e extensão na universidade. Então, além do diálogo, falta formação para que os docentes entendam o que é esta indissociabilidade. Para Itamaraju,



(...) é uma discussão que perpassa não só o (...) querer trabalhar, também tem toda uma discussão [de políticas institucionais]. E você tem que ter expertise para desenvolver aquele produto. Tem muita gente, por exemplo, Contrato REDA<sup>22</sup> que é excelente [na articulação entre ensino, pesquisa e extensão] e tem professor concursado que é só na sala de aula. (...) tem gente que realmente não consegue unir os três, que também não é fácil (Itamaraju, relato oral, 2022).

Neste sentido, concordo com Moita e Andrade, pois infelizmente não nos atentamos para o fato de estarmos colaborando para, segundo os autores, “os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou as práticas de intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional” (MOITA; ANDRADE, 2005, p. 79). Assim, terminamos por naturalizar a prática individual ou dual dessas dimensões nas universidades.

Uma forma de melhorar o entendimento sobre a articulação entre as ações de ensino, pesquisa e extensão, e cumprir com o princípio constitucional, é através de um planejamento que envolva maior análise e articulação dessa tríade nas atividades acadêmicas. O planejamento das atividades traz benefícios para docentes e estudantes. Através dele é possível identificar melhores metodologias para a temática a ser estudada; o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, que estimula o pensamento crítico e permite uma visão mais ampla a respeito da temática; e ainda melhor utilização da carga horária dos envolvidos devido a divisão e redução de tarefas. Ampliando esta discussão, estamos falando não só de planejamento das atividades finalísticas, mas de planejamento e orçamentos dessas atividades. É importante identificar com antecedência quais recursos financeiros serão necessários para execução da ação planejada.

A PROPLAN agregou o Sistema de Planejamento de Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIP) ao Sistema Financeiro (SPGU). Então é importante defender a ideia de que todos na Universidade têm que fazer planejamento. Sobre isto Itabela relata que,

(...) como docente, não posso só fazer meu planejamento acadêmico, também preciso fazer planejamento orçamentário. Preciso pensar quais são as minhas expectativas pedagógicas, as minhas expectativas de pesquisa e extensão (Itabela, relato oral, 2022).

Ao fazer o planejamento, docentes e técnicos contribuem com a gestão departamental no planejamento do gasto e institucionaliza a gestão do projeto. Por exemplo, se o projeto for

---

<sup>22</sup> Disponibilização de recursos para procedimentos de forma padronizada e uniformizada nas contratações, recontrações e prorrogações sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), no âmbito da Administração Pública Estadual – Poder Executivo. Mais informações em: <https://servidores.rhbahia.ba.gov.br/reda-definicao-e-legislacao>

de ensino, vincula-se ao Colegiado de Curso; se for de pesquisa e extensão, ao Colegiado e ao NUPE. Esta compreensão é argumentada por Itabuna em seu Relato,

Então o planejamento é importante porque ele tem uma visão geral da Universidade, de toda a comunidade. Nós temos 23 mil alunos, entre Graduação, Pós-Graduação e Programas Especiais. Não é uma comunidade pequena (Itabuna, relato oral, 2022).

Porém, para um planejamento adequado é essencial compreender as políticas institucionais. É preciso que o Grupo Gestor reveja a comunicação e a divulgação das informações na Universidade, pois sem o mesmo entendimento e a mesma prática de todos os envolvidos temos as mesmas ações realizadas de formas diferentes nos diversos Departamentos da Universidade. Trago, aqui, duas situações relatadas por participantes desta pesquisa: uma em relação ao encontro sobre a Curricularização da Extensão, outra sobre o encontro entre Direção e Coordenadores de Colegiados.

(...) vamos pensar nessa questão da própria Curricularização [da extensão] ou tomando esse encontro que a Direção foi convocada junto com os Coordenadores. Como você perde a oportunidade de colocar os coordenadores de NUPE ali para fazer essa discussão? Porque muitos coordenadores de NUPE têm a clareza do que é a extensão, ou mesmo [de] colegas que não têm ideia do que é extensão. Então, como a Universidade perde essa oportunidade dessa conversa? Aí as coordenações dos colegiados pensam de um jeito, os NUPEs pensam de outro, a partir das informações que vêm da PROEX. E quando você vai juntar isso aqui, é o que eu pensei com [o que] você pensou. Então, vamos tentar alinhar uma colcha que poderia ser melhor pensada. Então esse resultado aqui não é o resultado que é coletivo de fato (Ubaitaba, relato oral, 2022).

(...) hoje a gente tem um período que nós passamos reorganizar os currículos dos cursos, porque se considerava que essa discussão [Curricularização da Extensão] já vinha desde 2015 e que em 2018 teria uma Resolução. A maioria dos cursos que foram redimensionados colocou essa questão da curricularização sem passar por uma discussão ampla e nem entendimento amplo. Só que hoje, a gente tem a Curricularização presente nos cursos redimensionados, mas sem o entendimento claro e nem a prática disso. (...) Eu considero um grande problema porque (...) a gente tentou fazer várias discussões aqui sem essa orientação da Universidade e, quando a gente buscava as Pró-Reitorias esclarecimento, percebeu que eles estavam um pouco perdidos (...). E aí a gente gerou um grande problema: tem os projetos, citando a Curricularização da Extensão, mas na prática a gente não sabe como fazer isso (Eunápolis, relato oral, 2022).

Os gestores relatam fragilidades na forma de comunicar as políticas institucionais que promovem as ações de ensino, pesquisa e extensão e suas articulações. Por natureza, a realidade dos diferentes campi vai criando essa falta de alinhamento na realização das atividades. No entanto, cabe à Universidade promover uma comunicação mais efetiva, uma vez que precisa estabelecer o diálogo com 26 campi.

Na elaboração das ações de ensino, pesquisa e extensão, os órgãos da Universidade devem levar em conta aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e físicos das regiões em que está localizado os campi. O campus do interior, afastado de grandes centros urbanos, muitas vezes, está em estágio de amadurecimento acadêmico diferente dos campi que estão mais próximos desses centros. Itabela destaca que,

Há municípios em que a Universidade não é conhecida porque o ingresso no ensino superior não está no sonho, no horizonte das pessoas que constituem aquela comunidade. Então, em situações como estas, o papel social da Universidade é muito importante. Não podemos pensar a Universidade fora de conjuntura, pois a situação política e econômica do município inevitavelmente afeta a nossa Universidade (Itabela, relato oral, 2022).

É importante que a gestão se faça presente na comunidade externa para que a Universidade seja conhecida através de suas ações e possa contribuir para as mudanças nas comunidades em que atua. Gandu relata uma situação que é vista em muitos departamentos,

(...) um grande desafio é (...) a articulação com a comunidade externa. (...) Então, elaboramos um projeto e a gestão tinha ações específicas junto com a comunidade externa porque nós compreendemos essa necessidade. (...) Então tínhamos várias pessoas articulando e trazendo a própria comunidade para dentro da Universidade, estando nas discussões, nos temas e nas questões que eles também demandavam na UNEB. E eu acho que isso foi muito exitoso porque nós conseguimos uma articulação para o recurso para a construção do prédio do Departamento, tivemos uma discussão muito grande através do Conselho Municipal de Educação, para que as Prefeituras assumissem a merenda escolar com os produtos da agricultura familiar, uma merenda com qualidade. Então é fruto da participação na comunidade, isso foi importante à época e definido também as políticas territoriais. (...) Definido essa política houve um reconhecimento da comunidade que deu um recurso do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a construção de um Centro de Pesquisa em Educação do Campo. (...) A comunidade entendia onde é que nós vamos construir esse ser, o que é que a gente quer de prioridade. Então eles entendiam como é um departamento, um território eminentemente agrário (Gandu, relato oral, 2022).

Ações como as relatadas por Gandu estão presentes em muitos departamentos da Universidade e dão sentido à multicampia. Trazemos outro relato para argumentar como o envolvimento da Universidade com as comunidades em que atua contribui para o desenvolvimento da região, bem como ajuda na formulação de novas políticas institucionais e públicas.

E no meio dessa história do ensino vem a extensão, que era uma política da Universidade, para ampliar. Então os professores do departamento vão buscar implementar esses projetos de extensão. E aqui eu vou citar o Cidadania e Liberdade de [cita o nome de uma professora], foi um dos primeiros. Esse projeto era executado num bairro chamado Liberdade que, na época, era uma invasão, o que coloca o princípio da extensão em primeiro lugar. Extensão precisa ser realizada junto à comunidade. Depois vieram

outros projetos como o CEVITI [Cesfet Vida Terceira Idade], que a gente não tem como não citar, e que está acontecendo o nosso departamento com mais de 150 senhores e senhorinhas passando por aí fazendo 15 oficinas agora nesse momento. Virou um programa. E o mais interessante é que esse programa começa aqui no Campus lá em 1996-1997, que era um projeto de extensão e, posteriormente, vira uma política de governo no governo Lula, quando ele abre a discussão da Universidade da Terceira Idade e você incorpora o projeto de seleção que já existia aqui no Campus e já existia na UNEB. Então eu acho que essas histórias são muito bonitas para mostrar o quanto que, apesar de todas as dificuldades, como a gente se esforça para responder aquilo que são princípios da Universidade. No sentido de você fortalecer o ensino, de fortalecer a extensão (Ubaitaba, relato oral, 2022).

Projetos como estes apontam para a importância da Universidade sair de seus muros para dialogar com as comunidades e, através destes, dialogar com demais órgãos públicos municipais e estaduais para promoção de ações indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão de modo a contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que atua. Contudo, é importante que ações semelhantes a essa sejam socializadas cada vez mais nos municípios, uma vez que a Universidade deve promover o acesso ao Ensino Superior para populações excluídas.

#### **4 CONTRIBUIÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO E A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**

A Universidade do Estado da Bahia atende ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizado na Constituição Federal por meio das políticas institucionais deliberadas pelo Conselho Universitário (CONSU), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de Departamento e Colegiados, conforme descrito em seu Estatuto e Regimento Geral - caso contrário não estaria credenciada para funcionamento. Entretanto, é preciso rever algumas questões para a materialização desta premissa Constitucional, como: (a) Compreensão e participação da comunidade acadêmica na elaboração das políticas institucionais; (b) Compreensão da comunidade acadêmica sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (c) Articulação entre ações ensino, pesquisa e extensão; e (d) Acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão. Vejamos algumas considerações sobre estas questões, a seguir.

##### *(a) Compreensão e participação da comunidade acadêmica na elaboração das políticas institucionais*

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está descrita nas políticas da Universidade, porém o desafio está no planejamento, entendimento e acompanhamento dessas ações. Todo planejamento parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Programa de Gestão (ProGest) e, tendo suas metas e ações, deve considerar as particularidades regionais, culturais, políticas e acadêmicas dos territórios em que atua.

Para que estas particularidades sejam identificadas e contempladas nas políticas institucionais de ensino, de pesquisa e de extensão é imprescindível a participação dos Departamentos na elaboração e discussão de documentos institucionais para que as reais necessidades das comunidades sejam contempladas e, dessa forma, evitar atribuir mais sentido para a equipe que o elaborou do que para a equipe que vai executá-los.

Tem, ainda, o desafio de articular as comunidades interna e externa nas discussões para a elaboração das políticas institucionais para que estes documentos não sejam endógenos e que possam balizar decisões nos Conselhos Universitários. Instituir estratégias para construção coletiva destes documentos, de modo que todos participem, que todos se enxerguem e que traduza a identidade da universidade, é sempre grande desafio para a gestão universitária.

No caso da UNEB, um desafio é promover a integração dos 65 órgãos que compõem esta Universidade para que ela atinja os seus objetivos. Não é tarefa fácil, visto que a sua população é de, aproximadamente, 40 mil pessoas entre estudantes e servidores. É importante que a escrita das políticas institucionais tenha a representação de cada departamento - representante este que seja interlocutor/mediador das ações no departamento -.

Os relatos apontam para a necessidade de ter treinamentos para os usuários dos sistemas utilizados pela Universidade. Ao assumir cargo na gestão universitária o(a) servidor(a) deve receber treinamento e os órgãos da gestão devem participar de forma articulada no planejamento e realização destes cursos. Durante a produção de informações para esta pesquisa, gestores informaram que há diálogo entre os departamentos e órgãos da Administração Central para a oferta de cursos por demanda vinda dos departamentos e sempre são ofertados treinamentos através da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGDP).

O Grupo Gestor da PROGRAD também vem implementando um catálogo de cursos por demanda desde o final do ano de 2022 para alinhar com coordenadores de colegiados. A proposta é que os cursos sejam ofertados por demandas dos colegiados de Cursos. É fundamental que os gestores dos departamentos identifiquem junto à comunidade suas necessidades de treinamentos e solicitem a oferta aos Órgãos competentes, uma vez que foi informada essa possibilidade.

Através do entendimento das políticas institucionais e dos treinamentos, o(a) servidor(a) poderá observar e refletir como tem desenvolvido as atividades. Muitas atividades podem ser desenvolvidas articuladas com outros atores, porém a falta de conhecimento e de planejamento causam sobrecarga de trabalho e desvalorização da hora de trabalho destes profissionais. Associado ao planejamento acadêmico, deve estar o planejamento orçamentário. É essencial que os docentes compreendam a importância de planejar suas atividades com antecedência e visualizem os gastos necessários para sua realização. Desta forma, a gestão departamental pode incluí-la em seu planejamento orçamentário, uma vez que as verbas chegam contingenciadas por parcelas ao longo do ano e os gastos devem ser priorizados.

No entanto, essas sugestões só farão sentido se a comunidade universitária participar efetivamente do seu planejamento e da execução. Ao levar as nossas experiências para as discussões na Universidade e escutar as dos colegas, estamos nos formando, contribuindo na formação do outro, e dando significado às nossas ações na Universidade, visto que não temos uma preparação para o exercício na Docência Universitária, exceto uma especialização na Docência no Ensino Superior. Então, através do coletivo estamos construindo novas memórias

e compreendendo que a Universidade não é uma caixinha, vez que é essencial a participação do coletivo no planejamento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

*(b) Compreensão da comunidade acadêmica sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*

A fragilidade na compreensão deste princípio constitucional vem de longa data. Historicamente, as Universidades priorizam o ensino na Graduação e a pesquisa na Pós-Graduação, predominantemente, *Stricto Sensu*. Muitos estudantes, atuais professores, completavam sua formação no Ensino Superior sem a vivência da extensão e, conseqüentemente, sem a compreensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo sendo preconizado na Constituição de 1988.

Muitos docentes chegam às Universidades sem formação adequada para atuar no Ensino Superior. Então, levam para sua prática as experiências do seu processo formativo. Enquanto estudantes, os professores estavam muito envolvidos com o ensino, e quando eram provocados a fazer pesquisas eram, muitas vezes, relacionadas às necessidades dos componentes curriculares. Sem a devida formação para atuar como docentes no Ensino Superior, terminam por replicar as experiências do seu processo formativo.

Além das lacunas na formação docente, agregam-se as fragilidades das estruturas dos currículos dos cursos que continuam conteudistas e exigem, cada vez mais, a necessidade dos docentes nas atividades de ensino com alta carga horária. As universidades falham quando prioriza o ensino e não acompanha suas políticas institucionais que garantem carga horária para que os docentes desenvolvam projetos de pesquisa e extensão.

Há também a falta de entendimento, pela comunidade acadêmica e acompanhamento pelos gestores, das políticas institucionais para que haja a compreensão deste princípio constitucional. É preciso que a comunidade entenda que a indissociabilidade está nas ações e não isolada nas caixinhas de cada dimensão. Falta à Gestão Universitária levar até a comunidade as discussões dos documentos institucionais de forma que estes sejam entendidos pelo coletivo e gerem reflexões, de modo que possam ser traduzidos na prática das ações finalísticas da Universidade. Então é preciso que a Gestão provoque uma formação profissional que promova a compreensão de que o ensino deve ser com pesquisa e com extensão.

*(c) Articulação entre ações de ensino, pesquisa e extensão*

A falta de entendimento sobre o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deixa lacunas quanto aos objetivos das ações desenvolvidas que, em geral, não fazem alusão a este princípio. Na prática docente, na graduação, a dimensão ensino está posta devido à natureza da universidade e as dimensões pesquisa e extensão são postas através de Editais e Chamadas Públicas. Essa visão equivocada unida as questões já citadas – formação para a gestão, formação docente, alta carga horária no ensino e falta de entendimento sobre o conceito de indissociabilidade -, gera ações isoladas. Moita e Andrade (2005, p. 78-79) nos dizem que,

(...) se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Do mesmo modo, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder-se a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Por sua vez, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à Universidade.

Quando as três dimensões não estão articuladas em suas ações, estamos colaborando para reducionismos. Assim, é importante estabelecer encontros para discutir a indissociabilidade nos departamentos para entender como as ações de ensino, de pesquisa e de extensão estão sendo desenvolvidas ali e que, ao chegar a um diagnóstico, definir o planejamento que promova esta articulação e gere subsídios para a criação de uma política institucional mobilizada por acompanhamento e divulgação das ações.

*(d) Acompanhamento das ações de ensino, pesquisa e extensão*

Quando gestores relatam que os projetos de ensino, de pesquisa e de extensão são pouco apresentados para a comunidade acadêmica; outros são cadastrados no SIP/SPGU e não executados por diversos motivos; outros, ainda, são confundidos com projetos de permanência de estudantes na Instituição; há fragilidade na materialização da indissociabilidade entre estas dimensões. Estas são questões relacionadas à política de acompanhamento das ações de ensino, de pesquisa e de extensão na Universidade que envolvem a articulação da Gestão com sua comunidade.

A Universidade tem investido em melhorias nos sistemas para o preenchimento das lacunas identificadas nos processos de acompanhamentos dos projetos e tem feito plenárias com os departamentos. No entanto, ainda falta um diálogo mais efetivo da Gestão com esta



comunidade e entre elas; pois nem todos os envolvidos participam destas plenárias - não comparecem ou não são convidados ou são encontros intradepartamentais -.

Certamente as melhorias nos sistemas e as plenárias contribuem para se pensar em políticas institucionais, mas é essencial ouvir a comunidade acadêmica, dialogar com ela e, juntos, estudar quais são suas reais necessidades para, só então, tomar decisões. Esse diálogo com e nas comunidades pode contribuir para que todos tenham melhor entendimento e, desta forma, melhor prática das ações nos diversos departamentos da Universidade.

O mesmo se aplica no diálogo entre os órgãos da Universidade e as comunidades externas. A Universidade precisa se fazer presente na comunidade em que atua e suas ações devem contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades, motivo pelo qual está ali.

Durante a realização desta pesquisa, todos os(as) gestores(as) relataram as contribuições das ações da Universidade realizadas nas comunidades e ficou evidente que, mesmo com os desafios enfrentados, as atividades universitárias, em suas diversas modalidades, primam pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, com vistas à qualidade da educação, melhor utilização dos recursos públicos e maior efetividade social, mesmo que nem todos saibam como fazê-la.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Desde o período que antecedeu o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e o início da pandemia de Covid-19, decretada pela OMS em março de 2020, que a sociedade brasileira vem enfrentando graves crises informacionais e sociais. Em consequência a estes contextos, a imagem e o papel da universidade na produção de conhecimento e na formação do cidadão vêm sofrendo negligência e sendo agravada com o desinvestimento na ciência. Tal cenário levou-me a refletir sobre as relações que a Universidade estabelece com a comunidade interna e externa, através do desenvolvimento de ações de ensino, de pesquisa e de extensão. Preconizada na Constituição Federal de 1988, essas dimensões dever ser trabalhada de forma indissociada em Instituições de Ensino Superior.

A Universidade cria meios para disseminar o conhecimento e o alavancar para a sociedade através de projetos e ações, a fim de contribuir para a formação humanística e integral, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região e do país. Assim, o estudo sobre o pilar universitário nos possibilitou um olhar reflexivo sobre as ações desenvolvidas na Universidade, principalmente frente ao cenário de desvalorização destas instituições e do conhecimento científico.

Durante a pesquisa, busquei problematizar sobre as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia, as quais estão pautadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal objetivo me levou a iniciar uma jornada acadêmica para pensar o papel da Ciência e da Universidade no Brasil; assim como a formação social, acadêmica e profissional que temos disponibilizado a partir de ações no Ensino Superior.

O olhar atento na aproximação da Universidade com a sociedade, as leituras e estudos sobre as políticas institucionais que promovem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tendo a expectativa de participar das ações realizadas nestas dimensões, me ajudaram a amadurecer o conhecimento do objeto de estudo - a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB -, e deram subsídios dialogar com meu questionamento para esta pesquisa: Considerando suas políticas institucionais como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) busca atender ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizada na legislação brasileira?

Desde o início da pesquisa era evidente que, por meio das políticas institucionais, deliberadas pelo Conselho Universitário (CONSU), Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Conselho de Departamento e Colegiados, conforme descrito em seu Estatuto e Regimento Geral, a Universidade do Estado da Bahia atende ao princípio de

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão preconizado na Constituição Federal. Faltava o entendimento sobre como essas políticas eram planejadas por gestores na Universidade até chegar às atividades finalísticas de ensino, pesquisa e extensão.

Os estudos realizados sobre o processo de criação da UNEB no contexto da Educação na Bahia e sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em documentos legais - nacionais e institucionais - que normatizam a indissociabilidade entre estas dimensões na Universidade do Estado da Bahia contribuíram para uma construção teórica do objeto de estudo no terreno diverso e fértil que é a multicampia.

O caráter investigativo que assumi foi o da compreensão e descrição das relações e processos sociais, entre as políticas institucionais, no calor do cotidiano e no fazer universitário de modo a observar suas ressonâncias nas comunidades interna e externa, levando em consideração aspectos regionais e contexto social, cultural, político, econômico, ambiental, dentre outros, com os quais dialoga, é influenciada e os influencia.

Desde sua criação, esta Universidade é marcada por fortes sinais em seu atendimento às demandas da população baiana. Há 39 anos a UNEB vem empreendendo esforços para construir uma universidade multicampi, pública e de qualidade voltada para as interioridades, dos Sertões Euclidianos, perpassando todo Semiárido, Litoral e Cerrado, atenta à promoção da igualdade, de garantia da equidade e de justiça social no âmbito da comunidade universitária.

As características descritas, aqui, mostram o quão desafiante, enriquecedor e gratificante é fazer parte da UNEB, uma vez que esta foi criada com a finalidade de

(...) desenvolver, de forma harmônica e planejada, a educação superior, promovendo a formação, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, a pesquisa e extensão, bem como estimulando a implantação de cursos e campi universitários nas regiões do Estado, observadas as suas peculiaridades, bem como a legislação federal pertinente (Art. 2º da Lei Delegada nº 66 de 1983).

Optei pelo diálogo com Gestores do DEDC X - Direção do Departamento e Coordenação de Núcleo de Pesquisa - NUPE/DEDC X; com Pró-Reitoras Acadêmicas e de Planejamento - Ensino de Graduação (PROGRAD), Extensão (PROEX) - e da Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN); e com Vice-Reitora com o objetivo identificar como estas pessoas entendem o planejamento das ações institucionais que buscam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades finalísticas na Universidade. Ressaltamos que a pesquisa cumpriu as recomendações do Comitê de Ética e que todos os partícipes disseram que se sentiram confortáveis durante os encontros. Nos relatos, os gestores não só narraram aspectos que engrandecem a Universidade, mas também vários

desafios enfrentados no cotidiano da multicampia para a materialização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Selecionei algumas dessas questões e trouxe à discussão. Ficou evidente que, para atingir os seus objetivos, a Universidade tem o enorme desafio que é atender a um público de, aproximadamente, 40 mil pessoas entre estudantes e servidores. Um desafio ampliado quando observamos que esse público se encontra em 19 território da identidade da Bahia com diversidade regional, cultural, política e acadêmica.

Outro desafio é a integração dos 65 órgãos que compõe a Universidade para que estas particularidades sejam identificadas e contempladas nas políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão para que estes documentos não sejam endógenos e que possam balizar decisões nos Conselhos Universitários.

A Gestão Universitária busca identificar variadas estratégias para a construção coletiva destes documentos, no entanto há fragilidades, como: falta a participação nas discussões; ampliação do diálogo entre os órgãos e departamentos; entendimento das políticas institucionais; formação para ocupar cargos de gestão e treinamentos nos sistemas; divulgação das ações realizadas nos departamentos. É imprescindível a participação dos departamentos na elaboração de documentos institucionais para que as reais necessidades das comunidades sejam contempladas, que todos participem, que todos se enxerguem e que traduza a identidade da Universidade.

Acredito que o acompanhamento das ações de treinamento e a ampla comunicação contribuam para o entendimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e que, a partir deste entendimento, as ações finalísticas da Universidade sejam planejadas e executadas forma articulada, em atendimento ao princípio constitucional.

No tocante aos desafios, foi preciso conciliar atividades inerentes do mestrado com as do trabalho na Universidade - um período intenso e muito enriquecedor! Foi desafiador trazer para o texto as fragilidades e os desafios relatados por colegas de Instituição, mesmo concordando e sabendo que tem outros a serem tratados.

Esta pesquisa continua ainda por anos seguintes, pois o objeto investigado é provocativo. Para fortalecer a práticas articulada do ensino com a pesquisa e com a extensão, me vejo provocada a acompanhar, via departamento, a elaboração e execução das políticas institucionais; estabelecer rodas de diálogo com meus pares no DEDC X/Teixeira de Freitas sobre os projetos que desenvolvemos ali e que precisam ser socializados e trabalhados em parcerias; e rever o planejamento de minhas práticas acadêmicas.

Por acreditar que a difusão dos conhecimentos produzidos nas Instituições de Ensino deve constituir-se como uma atitude constante nos meios acadêmicos, estive atenta às oportunidades de socialização dos conhecimentos produzidos ao longo da pesquisa. Organizei e publicizei, com a orientadora, o referencial teórico produzido durante a pesquisa através de apresentação em eventos, publicação em Anais de eventos - nos formatos de Resumos Simples, Resumos Expandidos e Artigos - e, também, em capítulos de livros. O Quadro 4, no APÊNDICE B, apresenta uma descrição das produções científicas da pesquisa, até o momento de sua defesa.

Por reconhecer a importância da formação em exercício de professores, para além das práticas em sala de aula, a orientadora selecionou uma bolsista de Iniciação Científica do DEDC X da UNEB quem estuda a “Os impactos do PIBID na formação discente na Licenciatura em Matemática e suas repercussões na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão”, no período 2022-2023. Há a necessidade de formalização desta relação interinstitucional, mobilizando a participação dos envolvidos nos processos de educação e construção do saber e levando estudantes para além dos muros destas Instituições. A estudante também tem publicações científicas conosco.

Em paralelo às atividades do mestrado e a sala de aula, participei da organização de eventos e publicações que envolveram o objeto de estudo. Participei, pela segunda vez consecutiva, da organização do “Projeto Quintas Acadêmicas: Divulgação e Memória”<sup>23</sup>, que tem como objetivo garantir a divulgação dos conhecimentos produzidos pela comunidade acadêmica, bem como o registro, a organização e a preservação da memória acadêmica do Departamento de Educação - Campus X/Teixeira de Freitas-BA. Desde o ano de 2005, vem se constituindo em um espaço de socialização e discussão, de modo a favorecer a indissociabilidade entre os três pilares da Universidade - ensino, pesquisa e extensão.

As fragilidades relatadas por gestores me instigaram na escrita de um capítulo de livro sobre a Curricularização da Extensão e a necessária articulação entre Universidade e Educação Básica<sup>24</sup> e me provoca a continuar os estudos sobre as ações institucionais relacionadas à articulação entre a Universidade e a educação básica, pautado na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o intuito de contribuir para o acompanhamento e a formulação de novas políticas.

Todos os desafios citados pelos(as) docentes que ocupam cargo de gestão na UNEB refletem o sentimento de como eles(as) se veem enquanto gestores e docentes. Ficou evidente

---

<sup>23</sup> Informações em [www.sge.uneb.br/quintasacademicas2022dedcx](http://www.sge.uneb.br/quintasacademicas2022dedcx).

<sup>24</sup> Não coloquei a referência completa porque o capítulo está em processo de avaliação na Instituição.

que, mesmo com as fragilidades citadas, todos(as) reconhecem a importância da Universidade multicampi e compartilham o pensamento de Fialho (2005, 13) sobre a organização multicampi, pois ela

(...) permitiu a essas instituições uma penetração em áreas geograficamente diversificadas, promovendo o acesso ao ensino superior para populações anteriormente excluídas e contribuindo para o desenvolvimento de comunidades à margem dos processos de modernização. A interiorização da Universidade brasileira por meio da abordagem multicampi foi particularmente importante para a Educação Básica, pois instituições com esse perfil têm assumido um papel essencial na formação e atualização de professores, suprindo carências desses profissionais em localidades distantes dos grandes centros urbanos.

Por fim, espero que os resultados apresentados neste Relatório de Pesquisa sobre as políticas institucionais na promoção da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão na UNEB, a partir de um olhar no Departamento de Educação, Campus X/Teixeira de Freitas-BA, possam contribuir com o acompanhamento e a formação de novas políticas institucionais que garantam tal indissociabilidade, tendo em vista que a UNEB, por ser uma Universidade pública, tem redobrada a sua responsabilidade nestes processos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lisiane Machado. *As potencialidades do pensamento geográfico: a cartografia de Deleuze e Guattari como método de pesquisa processual*. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Caxias do Sul, RS - 2 a 6 de setembro de 2010.
- ANDES. *Cadernos ANDES* - n. 2. - 4. ed. - Brasília: Andes, 2013. ISSN: 1677-8707. Disponível em: <https://www.andes.org.br/img/caderno2.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BAHIA. Lei Delegada nº 66, de 01 de junho de 1983. Cria a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/ld-no-66-de-01-de-junho-de-1983> Acesso em: 15 jan. 2022.
- BAHIA. Lei nº 13.559, de 11 de maio de 2016. *Aprova o Plano Estadual de Educação da Bahia e dá outras providências*. Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/plano-estadual-de-educacao-0> Acesso em: 28 jul. 2021.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. *A educação brasileira e o direito*. – Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A política de Educação Superior e a criação da UNEB (1983-1987). *Revista da FAEEBA*, Salvador, n. 10, p. 235-248, jul. / dez. 1998b. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/252> Acesso em: 4 jan. 2022.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Professor Edivaldo Boaventura: criação e autorização de funcionamento da UNEB. Entrevista concedida a Lycia Margarida Dorea Guedes. *Revista da FAEEBA*, Salvador, n. 10, p. 255-265, jul. / dez. 1998a. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/252> Acesso em: 4 jan. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 17 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) Acesso em: 17 jul. 2021.
- BRASIL. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 jul. 2021.
- EYSEN, Adriano; ROSÁRIO, Bruno Lopes do; PIMENTA, Lídia Boaventura. *A CRIAÇÃO DA UNEB: percursos de Edivaldo Boaventura*. - Itabuna: Mondrongo, 2020.
- FIALHO, Nádia Hage. A missão da universidade. *Revista da FAEEBA*, Salvador, n. 10, p. 25-40, jul. / dez. 1998. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/252> Acesso em: 4 jan. 2022.
- FIALHO, Nádia Hage. *Universidade Multicampi*. – Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* - 24. ed. - Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. Princípio da Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: desafios e possibilidades. In: GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; QUIMELLI, Gisele

Alves de Sá. *Princípios da extensão universitária: contribuições para uma discussão necessária*. - 1. ed. - Curitiba: CRV, 2016. p.53-76.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César. A *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação*. Olhar de Professor, Ponta Grossa v. 8, n. 2, Jul./Dez. 2005. p. 77-92.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14 n. 41 mai.-ago. 2009. p. 269-393.

PUHL, Mário José. O conhecimento e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 69, p. 222-232, set2016 – ISSN: 1676-2584.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. *Revista Educação Especial*, v. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034/3051> Acesso em: 12 jul. 2021.

SANTOS, Odílio Silva. A abrangência social dos cursos de graduação da UNEB nos territórios de identidade da Bahia. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas, v.5, n. 9, p. 7-17, Out. 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/issue/view/38> Acesso em: 2 fev. 2022.

SOARES, Leandro Rafael; FARIAS, Milene Cristine Moreira; FARIAS, Michelle Moreira. Ensino, Pesquisa e Extensão: Histórico, Abordagens, Conceitos e Considerações. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 11-18, jan. / jul. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20564> Acesso em: 12 jul. 2020.

STUART JUNIOR, Jose Bento; ZULIANI, Silvia Regina Quijadas Aro. *Tripé Universitário e angústias: sobre ser docente-pesquisador que forma professores*. – 1.ed. – Curitiba: Appris, 2020.

TAUCHEN, Gionara. *O princípio da indissociabilidade universitária: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009, 146 f.

UNEB. *Estatuto da UNEB*. Aprovado pela Resolução CONSU nº863/2011 (D.O.E. 19/20-11-2011), homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07-02-2012 (D.O.E. 08-02-2012). Disponível em: <https://portal.uneb.br/wp-content/uploads/2018/09/Estatuto-UNEB-2012.pdf> Acesso em: 17 jul. 2021.

UNEB. *PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2022*. Disponível em: <https://portal.uneb.br/conselhos/wp-content/uploads/sites/103/2020/08/1306-consu-Res.-PDI-UNEB-2017-2021-ANEXO.pdf> Acesso em: 17 jul. 2021.

UNEB. *ProGest - Programa de Gestão 2018-2021*. Disponível em: [https://uneboffice365-my.sharepoint.com/:b:/g/personal/gdultra\\_uneb\\_br/EZGyIhLk7BEv4nhKbQ4PVcBiv7m4Zd-gSKMIYXSxO8AOg?e=fftAQA](https://uneboffice365-my.sharepoint.com/:b:/g/personal/gdultra_uneb_br/EZGyIhLk7BEv4nhKbQ4PVcBiv7m4Zd-gSKMIYXSxO8AOg?e=fftAQA) Acesso em: 04 jan. 2022.

UNEB. *Regimento Geral da UNEB*. Aprovado pela Resolução CONSU nº864/2011 (D.O.E. 19/20-11-2011), homologada pelo Decreto nº 13.664, de 07-02-2012 (D.O.E. 08-02-2012). Disponível em: <https://portal.uneb.br/conselhos/wp-content/uploads/sites/103/2019/02/Regimento-Geral-da-UNEB-1.pdf> Acesso em: 17 jul. 2021.



## APÊNDICE A

**Quadro 3:** Metas e ações previstas sobre o ensino, a pesquisa e a extensão na UNEB a partir do PDI (2017-2022) e ProGest (2018-2021)

DIMENSÃO	METAS (PDI)	AÇÕES (PROGEST)
Graduação	META 1 - Realizar o processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento de 80 cursos no decorrer do período de 2017 a 2021.	Estabelecer dinâmica de orientação e acompanhamento para definição do projeto de reconhecimento dos cursos. Encaminhar processo de reconhecimento dos cursos junto ao CEE Ba.
	META 2 - Consolidar as áreas de conhecimento de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Engenharias e Artes com ofertas de cursos de graduação no interior do estado.	Diagnosticar e mapear demandas por cursos nas áreas de ciências da saúde, engenharias, artes e outras, identificando as regiões que ofereçam potencial de expansão. Criar cursos segundo Regimento Geral (art.11, inciso VIII), considerando o diagnóstico e aplicando rigorosamente os dispositivos constantes no Regimento CONSEPE (art. 5º, Parágrafo 1º).
	META 3 - Promover a adaptação curricular dos cursos com vistas a facilitar o processo de mobilidade discente interna e externa.	Incrementar as ações de incentivo à mobilidade estudantil em cursos de graduação. Atualizar e compatibilizar os currículos dos cursos de oferta contínua, a partir das considerações do NDE. Promover estudos sobre implantação de licenciaturas e bacharelados interdisciplinares.
	META 4 - Ampliar a qualificação acadêmica dos cursos de graduação, através de atividades de formação para coordenadores e secretários de colegiado, acadêmicos, de estágio e de áreas.	Realizar encontros de qualificação para coordenadores e secretários de colegiados e acadêmicos.
	META 5 - Implantar o Programa Institucional de Iniciação à Docência - PROGRID, em caráter complementar ao PIBID/CAPES.	Encaminhar proposta de criação, regulamentação e implementação do PROGRID/UNEB aos Conselhos Superiores.
	META 6 - Elevar os índices de avaliação dos cursos juntos aos sistemas de avaliação.	Ampliar a todos os departamentos o projeto de avaliação e desenvolvimento de indicadores de funcionamento dos cursos. Implantar e difundir entre os gestores a utilização do Portal de Avaliação e Gestão Acadêmica. Apresentar diagnóstico sobre oferta de cursos de graduação. Promover estudos sobre evasão discente e mostrar indicadores.
Pós-graduação	META 7 - Instituir mecanismos internos de avaliação para a pós-graduação lato e stricto sensu.	Definir indicadores para avaliação interna da Pós-Graduação.

<b>DIMENSÃO</b>	<b>METAS (PDI)</b>	<b>AÇÕES (PROGEST)</b>
	<p>META 8 - Elaborar Plano de Expansão e Interiorização dos Mestrados Acadêmicos e Profissionais em conformidade com as demandas de desenvolvimento local e regional.</p>	<p>Realizar diagnóstico e mapear demandas por criação de programa de pós-graduação, identificando os departamentos que ofereçam potencial de expansão. Apresentar plano de expansão da Pós-Graduação.</p>
	<p>META 9 - Desenvolver Plano de Apoio Acadêmico para orientar os programas de pós-graduação, na melhoria de seus resultados internos (UNEB) e externos (CAPES/MEC).</p>	<p>Implementar plano de apoio acadêmico para a melhoria do desempenho dos programas de pós-graduação. Fortalecer as estruturas de secretarias dos programas de pós-graduação a partir da alocação de profissionais, qualificação e apoio de recursos tecnológicos. Intensificar o processo de sistematização de informações e integração dos programas de pós-graduação aos sistemas de informações institucionais. Promover o intercâmbio de discentes dos programas de pós-graduação com instituições internacionais conveniadas. Promover a publicação da produção dos programas de pós-graduação a partir das parcerias internacionais.</p>
	<p>META 10 - Promover maior integração entre os cursos de pós-graduação lato sensu e seus respectivos departamentos.</p>	<p>Difundir entre os gestores as instruções normativas referentes à criação e funcionamento dos cursos lato sensu. Acompanhar a implantação, desenvolvimento e conclusão dos cursos lato sensu (turmas e quantidades de alunos).</p>
Educação à Distância	<p>META 11 - Promover, a partir de pesquisa e análise de demandas, a oferta de novos cursos de educação à distância adequados às vocações dos territórios de identidade, com a infraestrutura necessária.</p>	<p>Realizar diagnóstico e mapear demandas por cursos, identificando as regiões que ofereçam potencial de expansão. Implementar o acompanhamento permanente das demandas de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de cursos junto aos órgãos reguladores. Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu nesta modalidade de ensino, disponibilizando vagas específicas para o quadro institucional. Criar polos da UNEB para promover o apoio presencial para educação à distância.</p>
	<p>META 12 - Ampliar a articulação entre as políticas de Educação a Distância e as demais áreas acadêmicas, visando atender as demandas de formação.</p>	<p>Apresentar processos e procedimentos que favoreçam a articulação da UNEAD com os órgãos da Universidade. Estabelecer mecanismos de articulação dos polos presenciais do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)</p>

DIMENSÃO	METAS (PDI)	AÇÕES (PROGEST)
		com os Departamentos da UNEB. Disponibilizar atividades da modalidade à distância nos cursos presenciais, para atender as demandas de formação.
	META 13 - Atualizar e implementar o Projeto Político Pedagógico da UNEB para Educação Mediada por Tecnologias (incluindo a Educação à Distância e Semipresencial).	Apresentar e difundir o projeto político-pedagógico para o desenvolvimento da educação à distância na UNEB.
Extensão	META 14 - Ampliar as discussões e implementar a curricularização da extensão em todos os cursos de graduação e pós-graduação, integrando a extensão à vida acadêmica e às demandas sociais.	Incluir atividades e programas de extensão em componentes curriculares (curricularização) dos cursos de graduação e pós-graduação, conforme Meta/Estratégia 12.7 do PNE 2014-2024. Ampliar a quantidade de bolsas de monitoria destinadas às atividades de extensão.
	META 15 - Incentivar o desenvolvimento de projetos que contemplem ações da área de extensão.	Estimular, por meio de editais, o fomento a projetos de caráter interdisciplinar, com aderência às demandas de sustentabilidade e desenvolvimento territorial.
	META 16 - Fortalecer a produção cultural por meio de ações extensionistas.	Apresentar proposta que favoreça o desenvolvimento de projetos culturais. Estabelecer articulação com setores da sociedade, órgãos governamentais e não-governamentais e movimentos sociais, como forma de viabilizar projetos de extensão e produção cultural, a partir de editais e parcerias.
	META 17 - Fortalecer o Programa Universidade Aberta à Terceira Idade – UATI, a partir da articulação com o Ensino e a pesquisa.	Apresentar processos e procedimentos que favoreçam a articulação da UATI com os diversos órgãos da Universidade. Apresentar plano de captação de recursos externos para fomento dos projetos da UATI.
	META 18 - Promover o acompanhamento permanente dos projetos/atividades de extensão.	Instituir mecanismos e indicadores de avaliação para acompanhamento dos projetos/atividades de extensão.
Pesquisa e Inovação	META 19 - Implementar Plano de Formação em Pesquisa, ampliando os recursos para publicação dos resultados de pesquisa.	Apresentar plano de formação em pesquisa a fim de incentivar a produção gerada pelos núcleos, grupos e centros de pesquisa. Incrementar o Repositório Saber Aberto de modo a difundir a produção acadêmica institucional. Apresentar diagnóstico das áreas prioritárias de pesquisa, aliado ao desenvolvimento territorial e sustentável. Captar recursos para o desenvolvimento da pesquisa voltada às áreas prioritárias,

DIMENSÃO	METAS (PDI)	AÇÕES (PROGEST)
		aliada ao desenvolvimento territorial e sustentável.
	META 20 - Consolidar as ações acadêmicas da Agência de Inovação.	Disseminar as ações da Agência de Inovação junto à comunidade acadêmica. Apresentar instrumentos que orientem a solicitação de proteção da propriedade intelectual, referente à produção da comunidade acadêmica. Ampliar as parcerias interinstitucionais com agências de inovação, órgãos governamentais agências de fomento e outros.
	META 21 - Desenvolver um Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Inovação para servidores da Universidade.	Apresentar medidas de incentivo à produção científica desenvolvida pelo servidor da Universidade.
	META 22 - Fortalecer o Programa Institucional de Iniciação Científica (Picin).	Apresentar mecanismos de incentivo à participação de estudantes, professores e técnicos administrativos em eventos de pesquisa e inovação. Ampliar o número de bolsas de iniciação científica para estudantes.

**Fonte:** Elaborado pelas autoras a partir do PDI UNEB 2017-2022 e do ProGest UNEB 2018-2021.

## APÊNDICE B

**Quadro 4:** Produções científicas da pesquisa.

Tipo	Referência	Objetivo
Capítulos de livros publicados	SILVA, T. D.; SALES, M. A. ; SANTOS, D. S. ; SANTOS, B. T. . Políticas institucionais na articulação entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB. In: Marilena Rosalen, Lígia Azzalis, Letícia Viesba e Everton Viesba. (Org.). <i>Anais do Congresso Internacional Movimentos Docentes e Colóquio FORPIBID RP - 2022</i> . 1ed. Diadema-SP: V&V Editora, 2022, v. 7, p. 937-946.	Discutir a articulação entre os setores da UNEB para a promoção da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão pautado em suas políticas institucionais.
	EVANGELISTA, H. S. S.; SALES, M. A.; SILVA, T. D. . A importância da iniciação científica na formação do professor de Matemática. In: Marilena Rosalen, Lígia Azzalis, Letícia Viesba e Everton Viesba. (Org.). <i>Anais do Congresso Internacional Movimentos Docentes e Colóquio FORPIBID RP - 2022</i> . 1ed. Diadema-SP: V&V Editora, 2022, v. 7, p. 947-958.	Discutir as contribuições e a importância da Iniciação Científica na formação do (futuro) professor de Matemática, trazendo reflexões sobre ensino, pesquisa e formação docente, com o intuito de incentivar graduandos na realização de pesquisas.
Capítulo de livro selecionado pela PROEX/UNEB para compor a Série “Extensão universitária e sociedade”, (prelo)	SALES, M. A.; SILVA, T. D.. A Extensão Universitária e sua curricularização na articulação com o ensino e a pesquisa na UNEB.	Discutir o planejamento das políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia, pautadas na curricularização da extensão, preconizada na legislação.
Capítulo de livro selecionado pela PUC-SP para compor a Coletânea “Formando formadores para a escola básica do século XXI: relatos de pesquisa VIII”, (prelo)	SALES, M. A.; SILVA, T. D.. Políticas institucionais e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.	Discutir as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia as quais cumprem com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Capítulo de livro selecionado pela PROGRAD/UNEB para compor a “Edição 40 anos de Ensino na UNEB” (prelo)	SALES, M. A.; SILVA, T. D.. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na UNEB.	Discutir o planejamento das políticas institucionais da UNEB, pautadas no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizada na legislação.
Capítulo de livro selecionado pelo PPGE/UEMA (prelo)	SILVA, T. D.; SALES, M. A.; SANTOS, D. S.. A curricularização da Extensão e a necessária articulação entre Universidade e Educação Básica.	Discutir o planejamento das políticas institucionais da UNEB, pautadas na curricularização, preconizada na legislação.
Relato de	TOMORI, I. H. M.; SILVA, T. D.. A	Descrever atividades de Monitoria

<b>Tipo</b>	<b>Referência</b>	<b>Objetivo</b>
Experiência	importância da monitoria de extensão na formação do estudante. <i>In: VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco</i> , 2021, Recife. <i>Anais do VIII Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco</i> . Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora Ltda., 2021. p. 3233-3238.	de Extensão desenvolvidas no curso de Licenciatura em Matemática da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus X.
Resumo expandido apresentado	SALES, M. A.; SILVA, T. D. O uso de artefatos tecnológicos para divulgação, acompanhamento e monitoramento das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UNEB. <i>In: IV Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação</i> , 2022, Salvador.	Discutir as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia, pautada no uso de artefatos tecnológicos na divulgação, acompanhamento e monitoramento de ações institucionais relacionadas às Pró-Reitorias Acadêmicas e de Planejamento para materialização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
Resumo expandido apresentado	EVANGELISTA, H. S. S.; SALES, M. A.; SILVA, T. D.. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão além dos muros por meio da Matemática. <i>In: IV Colóquio Internacional de Pesquisa Aplicada em Educação</i> , 2022, Salvador.	Apresentar uma vivenciada da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de alunos da Licenciatura em Matemática do Departamento de Educação, Campus X da UNEB, e alunos da Educação Básica
Resumo expandido apresentado	SILVA, T. D.; SALES, M. A.. O olhar de gestores sobre o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB. <i>In: VI Diálogos sobre a Pesquisa – GEFEP UNEB/CNPq</i> , 2022, Salvador.	Descrever os procedimentos metodológicos utilizados na produção de informações da pesquisa A UNIVERSIDADE ALÉM DOS MUROS: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB.
Resumo expandido apresentado	EVANGELISTA, H. S. S.; SILVA, T. D.; SALES, M. A.. Os impactos do PIBID na formação discente na Licenciatura em Matemática e suas repercussões na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. <i>In: VI Diálogos sobre a Pesquisa – GEFEP UNEB/CNPq</i> , 2022, Salvador.	Compreender como sucedeu o processo de desenvolvimento do PIBID, em tempos de pandemia no ano de 2020-2022, no curso de Licenciatura em Matemática, tendo como enfoque central da pesquisa analisar a formação discente na Licenciatura em Matemática, problematizando a formação do (futuro) professor para atuar na Educação Básica, a partir da necessária articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade.
Resumo Simples	SILVA, T. D.; SALES, M. A.. A Universidade além dos muros: o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UNEB. <i>In: X Seminário de pesquisa e extensão do extremo sul da Bahia - SEPEX</i> ,	Investigar as políticas institucionais da Universidade do Estado da Bahia, tendo o princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.

<b>Tipo</b>	<b>Referência</b>	<b>Objetivo</b>
	2021, Teixeira de Freitas. Anais do X Seminário de pesquisa e extensão do extremo sul da Bahia - SEPEX., 2021. p. 66-66.	
Resumo simples apresentado	SILVA, T. D.; SALES, M. A.. Projetos de ensino, pesquisa e extensão: uma análise no âmbito do DEDC X UNEB. In: <i>Quintas Acadêmicas: divulgação e memória</i> , 2022, Teixeira de Freitas-BA.	Analisar as ações desenvolvidas por meio dos projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no Departamento de Educação, Campus X da UNEB (DEDC X UNEB), selecionados através de editais no quadriênio 2018-2021.
Resumo simples apresentado	EVANGELISTA, H. S. S.; SALES, M. A.; SILVA, T. D.. Os impactos do PIBID na formação docente e suas repercussões na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. In: <i>Quintas Acadêmicas: divulgação e memória</i> , 2022, Teixeira de Freitas-BA.	Investigar a formação discente na Licenciatura em Matemática por meio do Programa PIBID, problematizando a formação do (futuro) professor para atuar na Educação Básica, a partir da necessária articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).